



# Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1991.

ANO XVII

## Atos da Presidência: RESOLUÇÃO Nº 043/91

DATA: 04 de novembro de 1991

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo nº 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor Eduardo Kruger, o imóvel constituído do lote nº 20, da Gleba 07, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 203,5306 hectares.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 04.11.91

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 044/91

DATA: 04 de novembro de 1991

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo nº 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar aos Senhores Venício Vecchi e Carlos Dulcemar Vecchi, o imóvel constituído do lote nº 159, da Gleba 02, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 125,2389 hectares.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 04.11.91

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 045/91

DATA: 04 de novembro de 1991

SUMULA: Retifica a Resolução nº 009/91, de 1º de janeiro de 1991.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - No Art. 1º da Resolução nº 009/91, de 1º de janeiro de 1991, onde se lê "lote nº 139, da Gleba 15", leia-se "lote nº 136, da Gleba 15".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 04.11.91

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1991 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Dirval Amaral, Geraldo Cartário, José Alves, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nilton Barbosa, Nilton César e Otávio Constantino (11). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura

da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 1122/91, do Senhor Luiz Chemin Guimarães, Procurador Geral da Justiça, encaminhando Projeto de Lei que visa conceder um abono, no valor de Cr\$ 42.000,00 para o mês de novembro do ano corrente, aos servidores efetivos e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho da Procuradoria Geral de Justiça.

**Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 316/91, do Senhor Desembargador Sydney Zappa, Relator do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1347-0.E., proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 11.074-7, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Município de Santa Tereza do Oeste e impetrados o Governador do Estado do Paraná e Outro.

**Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 318/91, do Senhor Desembargador Osiris Fontoura, Relator do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1344-0.E., proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 12-047-4, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Município de Assis Chateaubriand e impetrados o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Outro.

**Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/363/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 342/91, por julgá-lo contrário do interesse público em razão dos motivos expostos.

**A Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO Nº 458/91

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para justificar minha ausência neste dia 11 de novembro nos trabalhos legislativos, tendo em vista a necessidade de estar presente em Santo Antonio da Platina para integrar a equipe desta Casa de Leis como Relator do processo que envolve o Deputado Estadual, nobre colega, José Artur Ritti.

Sendo sô o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar meus sinceros cumprimentos.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) MARIO BEZERRA

OFÍCIO Nº 772/91

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que, devido a compromissos inadiáveis assumidos junto ao Município de Nova Londrina, encontro-me impossibilitado de estar presente nos trabalhos parlamentares deste dia 11 de novembro.

Sendo sô o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência meus cumprimentos.

Sala das Sessões em 11.11.91

(a) ARLINDO TROIAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja colocado em votação sob o REGIME DE URGENCIA o Projeto de Lei nº 293/91, de nossa autoria que dispõe sobre a remuneração, pelo Estado, de advogados dativos.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido de votação em regime de urgência prende-se ao fato de que a Ordem dos Advogados do Brasil Pr. e suas sub-Sesões vem em conjunto com nosso Gabinete Parlamentar estudando o fato e inclusive sendo referenciado pela classe de advogados julgando necessário a votação do presente projeto uma vez que beneficia a classe de advogados e principalmente ao povo consideravelmente "pobre" dando maiores condições para que possam exigir seus direitos perante a Justiça.

REQUERIMENTO Nº 3020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGENCIA ao Projeto de Lei nº 476/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência à Mucoviscidose no Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, REGIME DE URGENCIA para o Projeto de Lei nº 496/91, (Mensagem nº 111/91), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crê-

dito suplementar no valor de Cr\$ 996.964.000,00 ao vigente orçamento próprio do DETRAN.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n° 494/91, (Mensagem n° 110/91), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele Poder a criar o Fundo de Terras do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 3022

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na votação do Projeto de Resolução n° 060/91.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### REQUERIMENTO N° 3024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na votação do Projeto de Resolução n° 019/91.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) HEINZ HERWIG

#### REQUERIMENTO N° 2978-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 121 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, REQUER que, o Projeto de Lei n° 373/91, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, seja anexado ao Projeto de Lei n° 172/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, por se tratar de matéria similar, relativa à política de habitação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Resolução n° 05/91, de 25 de setembro de 1991, de nossa autoria,

que pretendia alterar as divisas do futuro Município de HONÓRIO SERPA.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) GERALDO CARTARIO

#### REQUERIMENTO N° 3016

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado do PDT que este subscrive, pede à Procuradoria Geral do Estado, após ouvida esta Assembleia, providências emergenciais de representação contra campanha de "out-doors" afixada na Cidade de Curitiba, assinada por uma pretensa "Associação de Defesa do Contribuinte", contrária ao pagamento de Impostos.

Com o texto "IMPOSTOS - POR QUE PAGAR?" GERAM CORRUPÇÃO, MISERIA E EMPREGUISMO", os "out-doors" incitam à desobediência civil, estimulam a sonegação e desmoralizam o Estado Brasileiro.

Estimulam animosidade contra a tributação, ferem os mais elementares preceitos constitucionais - federais e estaduais -, e é espantoso que contra eles - e seus autores - não se tenha agido ainda.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

#### REQUERIMENTO N° 3009

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscvem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador do Partido da Frente Liberal, em Sapopema, ANADIR MAINARDES DA COSTA, ocorrida no dia 09 de novembro último.

O extinto era pessoa das mais dedicadas à sua cidade, onde elegeu-se vereador com uma plataforma de trabalho totalmente voltada para o atendimento das pessoas carentes do município.

Tendo sido uma das mais destacadas figuras da Câmara Municipal, o falecimento do Vereador, com certeza, representará uma grande perda para seus companheiros de vereança e para a população mais necessitada da cidade.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à Câmara Municipal de Sapopema, bem como à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(aa) COSTENARO NETO,

PLAUTO MIRO GUIMARÃES,

NELSON GARCIA,

DULCIO GENARI,

JOÃO ARRUDA

ELIO RUSCH.

#### REQUERIMENTO N° 3012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. JOSE ANGELICO PACHECO, ocorrido dia 09, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOSE TAVARES

#### REQUERIMENTO N° 2964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o registro nos Anais desta Sessão, de voto de congratulação ao Professor Wagner Holtz Merêge, recém-empossado diretor da Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

A escolha do Professor Wagner H. Merêge para a direção da Faculdade de Educação Física de Jacarezinho é meritória, reveste-se de grande importância, pois é um grande caráter, competente profissional e em muito enriquecerá esta tradicional Escola Superior de Educação Física, levando toda a sua dedicação e constante empenho em benefício do ensino superior!

#### REQUERIMENTO N° 2965

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos, votos de congratulações e muito aplauso à diretoria da Associação Paranaense de Hemofílicos, presidida pelo Senhor Michael Makarov, pela inauguração da Casa do Hemofílico.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um evento muito auspicioso, pois esta nova unidade estará beneficiando os milhares de usuários e oferecendo melhores condições e mais conforto a todos! É resultante de muito trabalho e dedicação da atual diretoria, que sob o comando de Michael Makarov está sabendo realizar os grandes anseios da Comunidade Hemofílica do Estado!

#### REQUERIMENTO N° 2974

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política administrativa do Município de PLANALTO - PR, dia 11 de novembro.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Em abril de 1962, a localidade de Planalto foi elevada a Distrito e já em dezembro de 1963 a Município, desmembrado de Capanema. A sua instalação se deu no dia 11 de novembro de 1964. Sua população ativa e trabalhadora não tem medido sacrifícios para honrar o sonho pioneiro de construir uma grande cidade num importante centro produtivo do Estado.

A homenagem ora proposta ao Município de Planalto, exalta a coragem dos seus moradores que têm sabido enfrentar todas as dificuldades, não perdendo a proporção do dever e seguindo o trabalho para alcançar o grande sonho. Associamos o Poder Legislativo nesse reconhecimento, requerendo votos de congratulações, para o qual esperamos o apoio unânime dos prezadíssimos Pares.

#### REQUERIMENTO N° 2975

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política e administrativa do Município de REALEZA, dia 12 de novembro.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Realeza conquistou uma posição de reconhecida importância no Sudoeste paranaense graças à sua economia privilegiada, sustentada por expressiva produção agrícola e pecuária e pelo seu parque industrial que caminha para a posição de vanguarda. Também o seu comércio gera um dos principais índices de ICMS do Sudoeste paranaense.

A população de Realeza dá uma prova cabal de que os que trabalharam por sua emancipação política, econômica e administrativa tinham uma correta visão do futuro. Elevada à categoria de Distrito em março de 1962, transformou-se em Município em junho de 1964, que foi instalado em 12 de novembro daquele mesmo ano. Coloca-se Realeza entre as quatro maiores cidades sudoestinas e o seu povo tem trabalhado por merecer a homenagem ora proposta para a qual esperamos o apoio unânime dos nobres Pares deste Parlamento.

#### REQUERIMENTO N° 2976

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulação pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política e administrativa do Município de CAPANEMA, dia 14 de novembro.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Capanema foi elevado a essa categoria pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951. Sua história confunde-se com a do seu pioneiro mor e primeiro morador, Octávio Francisco de Mattos, que ali se instalou no princípio da década de 1940. As terras férteis e de grande produtividade, a proximidade do extraordinário caudal do Rio Iguaçu e o escoamento relativamente fácil, permitiram que crescesse a sua agricultura e pecuária, elevando o Município a posição de vanguarda, permitindo-lhe, igualmente, tornar-se conhecido em todo o Estado.

Com a perda da sua principal ligação com o centro de administração estadual que representava a "estrada do Parque (Nacional)", nem assim o Município de Capanema se permitiu diminuir o ritmo intenso e vibrante do seu trabalho, seguindo com a natural liderança na região de fronteiras do Paraná. Seu povo acolhedor e simpático, merece a homenagem ora proposta, à qual associamos o Legislativo paranaense por meio do voto unânime dos ilustres Pares.

## REQUERIMENTO Nº 2977

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Santo Antonio do Sudoeste, a 14 de novembro de 1991.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

Da história de Santo Antonio do Sudoeste, conhece-se o que ficou registrado como seu princípio, no ano de 1902, com a chegada dos dois pioneiros - respeitados como os primeiros a chegar -, João Romero e Dom Lucca Ferrera. Foi desmembrado de Clevelândia pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, sendo instalado a 14 de dezembro de 1952.

Comemora-se o seu Aniversário de Emancipação nesse dia 14 de Novembro, data em que foi criado. Sua origem produtiva repousa na erva-mate, cuja produtividade, na área, era elevada; e, mais, em razão de ser Santo Antonio do Sudoeste, o portal principal da exportação dessa espécie de cultura.

O povo de Santo Antonio do Sudoeste mantém a sua identidade com a cultura brasileira, antes influenciando a dos municípios fronteiriços pertencentes à Argentina.

A homenagem representa o reconhecimento ao ingente trabalho do povo e das auto-

ridades constituídas daquele município, à qual associamos o Poder Legislativo Paranaense, através do voto unânime dos prezados Pares desta Casa de Leis.

## REQUERIMENTO Nº 2984

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações à Doutora Saly Moreira, Presidente da Associação Brasileira de Bancos de Olhos, pela dedicação, eficiência e competência à frente da entidade e na promoção de campanhas visando a doação de córneas.

Hoje, pelo menos 50 acadêmicos de Medicina estão atuando junto com médicos especialistas, tanto nas escolas quanto nas empresas, falando em palestras rápidas qual a utilidade desse ato humano de doar e como são utilizadas as córneas.

Cerca de 50 mil pessoas estão esperando por um transplante de córnea no Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Bancos de Olhos. Lamentavelmente, as doações só permitem cerca de 5.000 atendimentos ao ano.

E é exatamente por essas dificuldades em encontrar doadores que a médica curitibana Saly Moreira, de tradicional família ligada à oftalmologia no Paraná, está desenvolvendo mais uma campanha voltada às doações.

"Se você não tem olhos para a morte, abra os olhos para quem nunca viu a vida", apela o Banco de Olhos de Curitiba, na tentativa de criar uma consciência coletiva para o problema.

Por seu envolvimento nestas campanhas, com verdadeira dedicação, e pela sua atuação profissional intocável, é que propomos esta homenagem à Doutora Saly Moreira, inscrevendo-se-lhe um Voto de Louvor nos Anais do Poder Legislativo, para que fique registrado na história do Paraná o reconhecimento a essa brilhante mulher.

Que do presente seja dada ciência, naturalmente, à homenagem ao Conselho Regional de Medicina do Paraná, Associação Médica do Paraná, Sindicato dos Médicos do Paraná, Secretaria Municipal e Secretaria Estadual de Saúde.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) ALGACI TULIO

## REQUERIMENTO Nº 2989

Senhor Presidente.

O Deputado ALCEU SWAROWSKI, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente externando votos de congratulações, ao Muni-

cípio de Rio Negro, pela passagem do seu 121º aniversário, no próximo dia 15 de novembro de 1991.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Rio Negro surgiu sob o signo do tropeirismo em 1826, com a abertura da "Estrada da Mata".

João da Silva Machado, Barão de Antonina, é seu fundador. Em 1829 recebeu a imigração alemã.

Em 1987 foi o Município que mais cresceu em arrecadação de ICMS, no Estado.

Em 1985 foi o 29º Município em arrecadação estadual.

Dia 15 próximo estará comemorando 121 anos de Emancipação Política.

Daí, as nossas congratulações à população daquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 3010

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, solicita o envio de votos de congratulações pelo 44º Aniversário do Município de Ibiporã, ocorrido neste último final de semana.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO N° 3011

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, solicita o envio de votos de congratulações pelo 44º Aniversário do Município de Jaguapitã, ocorrido dia 07 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO N° 2952

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, objetivando junto a Secretaria de Estado de Educação, a realização de estudos para se criar, em convênio com a Prefeitura Municipal, uma escola profissionalizante, no Município de Sarandi.

A medida visa a formação de mão-de-obra qualificada, adequada ao beneficiamento do couro, matéria prima produzida em grande quantidade na região.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOAO PREIS

REQUERIMENTO N° 2955

Senhor Presidente,

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e atendendo a interesses social e econômico inadiável de toda a região de influência de CAPANEMA, Sudoeste do Paraná, REQUER, após ouvido o Plenário, se oficie aos Senhores Presidente do Banco do Brasil S/A, Doutor LAFAYETE COUTINHO e Ministro de Estado da Agricultura, Doutor ANTONIO CABRERA NETO, solicitando urgente liberação de recursos do AGF - Adiantamento do Governo Federal, e do EGF - Empréstimo do Governo Federal, para oferecer o necessário amparo à comercialização da safra de feijão, já colhido em toda a área, evitando aos agricultores o prejuízo do aviltamento dos preços a que se sujeitam pela extrema necessidade de venderem a safra.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) JOAO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Os agricultores sudoestinos e, particularmente, os produtores da Região de Capanema e Municípios circunvizinhos, têm sido constrangidos a sérios prejuízos pelas imprevisíveis flutuações das safras, - numa área especialmente sujeita à violenta incontinência dos elementos naturais - ou dos preços a que se têm de sujeitar pela peculiar desassistência a que sempre esteve relegada a atividade agrícola.

Até na vigência de fatos inesperados - em outras circunstâncias até benéficos - o agricultor daquela área fica prejudicado.

Ao adiantar-se a colheita e, portanto, em presença de inadiável urgência de sua comercialização, os preços que lhe estão sendo oferecidos pelos intermediários, ficam muito abaixo do preço mínimo estabelecido, este ainda com a garantia de rentabilidade segura, pelo arrimo dos EGF's e AGF's que deverão ser liberados em dezembro (segundo a previsão), época da colheita normal.

Para o intermediário, essa compra antecipada (em cerca de um mês), garante um lucro certíssimo, tendo apenas que depositar o produto comprado e aguardar a época de vigência do preço mínimo, em detrimento do produtor que, colhendo antes, vê-se obrigado a comercializar em prejuízo, para poder assistir despesas de família; débitos com a lavoura colhida; insumos para o novo plantio; custeio geral da lavoura e investimentos.

Verifica-se o quanto é grave a situação econômica dos produtores rurais de Capanema e Municípios que lhe circundam, pelo que nos empenhamos neste apoio, ao qual desejamos associar aos demais Pares deste Parlamento, fazendo coro às vozes

dos agricultores junto ao Presidente do Banco do Brasil S/A e ao Ministro da Agricultura para que, conhecedores dos problemas e de suas origens e consequências, autorizem a imediata liberação de recursos solicitada para a região circunscrita.

## REQUERIMENTO N° 2979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração do Paraná para que forneça as seguintes informações:

a) o valor das "diárias" pagas aos servidores conforme cargo e função;

b) a relação nominal de cada um dos servidores que perceberam "diárias" nas administrações direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, com os devidos valores pagos a cada um, bem como o motivo da concessão, no mês de outubro;

c) qual o montante total gasto com o pagamento dessas diárias;

d) a avaliação de quanto este montante gasto com "diárias" representa, percentualmente, no total da folha de pagamento.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) PAULO MAIA

## JUSTIFICATIVA:

É dever de todas as administrações fornecer as informações que qualquer cidadão requeira a respeito do seu funcionamento e aplicação das verbas oriundas do pagamento de impostos.

A informação detalhada sobre o volume e condições de pagamento de "diárias" é meio de se avaliar a correção da conduta da administração na consecução do interesse público.

## REQUERIMENTO N° 2980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e após ouvido o Plenário, REQUER, seja oficiado o Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja construída uma quadra de esportes nas dependências da Escola Estadual Presidente Kennedy, no distrito de Ariranha, Município de Ivaiporã, em atenção à comunidade escolar daquela escola, no ato representada pelo Presidente da APM, Senhor Teodósio Miskiu.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) PAULO MAIA

## JUSTIFICATIVA:

Muitas escolas da Rede Pública de Ensino são criadas sem a menor condição de funcionamento.

No entender do Governo do Estado, as paredes físicas, o quadro-negro, as carteiras (que nem sempre existem) e professores desincentivados... isso contempla a caótica educação ora vigente no Paraná.

Quadras esportivas, material de esporte, bibliotecas, laboratórios, lazer... tudo isso, que é da máxima importância, parece não ser mais da responsabilidade do Governo do Estado, que sucateou a Escola Pública.

Não fossem as constantes campanhas promovidas pela comunidade escolar (direção, professores, APMs, alunos), muitas escolas da Rede Pública ruiriam por terra e jamais teriam biblioteca, quadra esportiva, materiais didáticos, vídeo, laboratórios e outros.

As quadras esportivas são tão ligadas ao processo educativo que as Prefeituras Municipais, por reconhecerem-lhes a importância, constroem-nas em qualquer escola, até mesmo da área rural.

E o Estado?

Achamos, portanto, que é dever do Estado construir essa quadra esportiva nas dependências da Escola Estadual Presidente Kennedy, em Ariranha, no Município de Ivaiporã.

## REQUERIMENTO N° 2951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, objetivando medidas para recuperar e conservar a Estrada São Carlos pertencente ao Município de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) JOÃO PREIS

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se plenamente o presente requerimento, pois vem em atendimento ao apelo feito pelos proprietários rurais da Estrada São Carlos pertencente ao Município de Mandaguari.

Em atendimento à orientação da Secretaria de Estado da Agricultura, todos os proprietários já fizeram as Micro-Bacias, mas devido ao estado de abandono e das condições precárias de uso que se encontra esta Estrada, estão encontrando dificuldades para dar destino a sua produção agrícola, e mesmo para se locomover a outras localidades, principalmente em dias de chuva.

Assim sendo, anexamos ao presente requerimento o abaixo assinado dos proprietários da Região solicitando as providências cabíveis, razão pela qual, pedimos a sua aprovação pelos nobres Deputados desta Casa de Leis.



## REQUERIMENTO N° 2962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR, MAURÍCIO REQUIÃO, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cancha esportiva coberta, no Município de Irati.

Fundamentado na solicitação do Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara Municipal de Irati, Sérgio Edgard Fenianos Gomes, tal pleito se faz com inteira necessidade, tendo em vista que no Município de Irati, poucos são os espaços esportivos atualmente existentes para a prática de esportes, notadamente existe uma demanda juvenil extremamente grande para tais finalidades.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO N° 2963-B

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR S/A, solicitando a instalação de um telefone público na Rua José Maurício Higgins, em frente ao número 164, no bairro do Boqueirão.

Justifica-se a presente solicitação pelo elevado número de habitantes da localidade, que não dispendo de recursos para aquisição de uma assinatura própria, constituem-se em usuários potenciais de tal serviço.

Também é preciso atentar para ocasiões de emergência, em que é necessária solicitação de socorro imediato, o que está prejudicado, no momento, em virtude da distância do único telefone instalado da região, segundo informam os moradores abaixo-assinados anexo.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) ALGACI TULIO

## REQUERIMENTO N° 2971

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando urgentíssimas e rigorosas providências no sentido de apurar o atentado praticado no dia 29 de outubro de 1991, por 30 pistoleiros fortemente armados contra a Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes, localizada em Faxinal dos Silvérios, no Município de Pinhão, que resultou em ferimento a bala da menor Ivanice

de Fátima Barbosa, de 10 anos, em várias perfurações no prédio da escola, no pânico dos moradores daquela localidade, em especial das crianças que se encontravam na escola e em sérias evidências de iminente ocorrência de uma verdadeira chacina num futuro próximo.

Requerem, também, seja solicitado a designação de um delegado especial para acompanhar o caso.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOCTOR ROSINHA

Apoiamento: Nilton Barbosa

JUSTIFICATIVA:

A Escola Rural Municipal Nossa Senhora de Lourdes, localizada na ocupação de Faxinal dos Silvérios, no Município de Pinhão, foi atacada de surpresa no dia 29 de outubro de 1991, por volta das 15h00, por cerca de 30 pistoleiros armados de espingarda, carabinas e revólveres, chefiados por Juventino Liber. Iniciaram os pistoleiros um verdadeiro tiroteio, atirando em todas as direções, quando 38 crianças faziam prova, sendo que um dos projéteis perfurou a escola, alojando-se no pé direito da menor Ivanice de Fátima Barbosa, de 10 anos, deixando-a com um grave ferimento, além de provocar imenso pânico entre as crianças, que até o presente não voltaram mais para a escola.

Insatisfeitos com esse ato de barbárie, os pistoleiros perseguiram desfechando mais de 30 tiros contra Arlindo Ribeiro, 21 anos, que conseguiu escapar ileso ao refugiar-se na mata. Crivaram então de bala sua casa, procurando atingir seu irmão, arrombando em seguida a porta da mesma e passando a destruir seus pertences.

Foram reconhecidos pelos moradores do acampamento os jagunços conhecidos como "Padilha", "Bigode", "Serjão", "Ironði", Romário Liber e "Fininho", muitos deles conhecidos pelos "trabalhos" que têm prestado à madeireira Zattar, apesar da insistente negativa de João José Zattar na imprensa regional.

Seguiram-se ao cerco à escola várias ameaças e agressões contra moradores da localidade, como Júlio Zeferino da Silva, 45 anos, que trabalhava em seu roçado limpando feijão, sua esposa e filhos que encontravam-se em casa, dizendo, enquanto derrubavam painéis ao chão e destruíam outros pertences da família, que iam matá-los porque estavam na área que não era deles.

As ameaças já vêm de tempo, tendo aquelas famílias impedido o acesso normal ao acampamento, sendo que, alguns dias antes do ataque à escola, pistoleiros atocaiados à beira da estrada interceptaram um caminhão, dando voz de prisão ao moto-



rista que, ao não obedecer, foi baleado próximo ao coração, tendo sido levado ao hospital em estado grave.

Diante dos fatos apontados, solicitamos e é solicitação da própria comunidade local - sejam tomadas enérgicas providências no sentido de apurar e promover a responsabilização dos promotores do atentado, designando-se inclusive um delegado especial para dar andamento ao Inquérito Policial já instaurado pela Delegacia de Polícia local, sob pena de vermos a violência crescer, tomando níveis incontornáveis, colocando em risco a integridade não só de trabalhadores, mas de seus filhos que já são alvo de atentados, como o que ora solicitamos providências.

## REQUERIMENTO Nº 2978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, MOACIR FAVETTI, solicitando a liberação de recursos financeiros para o reequipamento da Polícia Militar e Civil do Município de Irati.

Esta solicitação se faz com extrema necessidade e urgência, haja vista que as Polícias do Município de Irati encontram-se desguarnecidas, quanto aos equipamentos de combate à criminalidade local, possuindo atualmente poucos equipamentos e defasados.

Com o devido reequipamento, sem dúvida alguma a população de Irati ficará mais tranqüila, pois, acreditará na efetivação policial.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 2981

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente oficial da Casa ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Moacyr Favetti, e ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando providências urgentes, para dar condições de tráfego à Estrada da Uva, que desde a semana passada, vem sendo utilizada como via de acesso à BR-116, ainda que não ofereça nenhuma segurança aos motoristas e nem aos pedestres que ali transitam.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) EMILIA BELINATI

## JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do presente visa solicitar das autoridades competentes providências quanto às péssimas condições do tre-

cho que liga o Bairro de Santa Cândida ao Município de Colombo, para escoamento do trânsito até a BR-116, através da Estrada da Uva. Ocorre que o uso deste leito rodoviário está causando danos aos motoristas e especialmente àquela região da Cidade, densamente povoada.

O trecho não oferece as mínimas condições de segurança, porque não conta com acostamento e está em péssimo estado de conservação.

Já se sabe que este leito será utilizado até a conclusão do Contorno Norte, que não tem prazo certo. O Projeto do Plano de Diretrizes Viárias para a Região Metropolitana está concluído desde 1982, mas até hoje não foi executado.

O trecho em questão precisa urgentemente ser dotado de meios próprios para seu uso, para não continuar colocando em risco a vida dos cidadãos que a utilizam.

## REQUERIMENTO Nº 2996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que iniciem-se os trabalhos de recapeamento da Estrada que liga a Cidade de Castro a Tibagi.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

O recapeamento, objeto do presente requerimento é uma necessidade urgente.

A Estrada em questão, Castro-Tibagi, possui muitos trechos que a muito tempo estão precisando de reparos.

Sem tal providência, haverá deterioração completa do pavimento, tornando os gastos de recuperação muito superiores.

## REQUERIMENTO Nº 3000

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Paranã, solicitando a instalação de uma caixa coletora de cartas na Rua José Maurício Higgins, em frente ao número 164, bairro do Boqueirão, nesta Capital.

A solicitação justifica-se pelo elevado número de habitantes da localidade em questão que não dispõem, nas proximidades, de uma caixa para depósito de correspondências.

O endereço para o qual é solicitada a instalação, refere-se a estabelecimento comercial bastante freqüentado pelos moradores da Região, o que facilitaria o acesso de todos aos competentes serviços do

Correio, além de colocar a caixa a salvo de possíveis atos de vandalismo.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3001

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Secretaria de Estado da Administração, acompanhando o Ofício n° 03/91, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz D'Oeste, solicitando a verificação das possibilidades de cessão àquela entidade de um veículo para atendimento à população da área rural daquele Município.

Como vê-se no anexo, o trabalho desenvolvido pelo Sindicato junto à população rural de Vera Cruz D'Oeste é limitado pela falta de condições favoráveis. A cessão de um veículo - usado - viria eliminar alguns obstáculos enfrentados por aquela entidade sindical, facilitando suas atividades em favor dos ruralistas de Vera Cruz D'Oeste.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente ao Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, visando a implantação do ensino de 2° Grau, a partir do ano letivo de 1992, na Escola Estadual Presidente Vargas, Distrito de Pinhal do São Bento, Município de Santo Antonio do Sudoeste (PR).

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento é acompanhado de abaixo-assinado de alunos e ex-alunos da Escola Estadual Presidente Vargas, os quais tem estado fazendo a reivindicação de implantação do ensino de 2° Grau desde a muito tempo, pois a primeira turma que concluiu o 1° Grau neste estabelecimento de ensino é de 1978.

A reivindicação torna-se ainda mais urgente e importante agora, tendo em vista o fato de que o Distrito de Pinhal do São Bento está prestes a emancipar-se para tornar-se Município, sendo que o plebiscito já foi inclusive realizado.

REQUERIMENTO N° 3007

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado

expediente oficial do Poder Legislativo do Paraná ao Instituto de Previdência do Estado-IPE, solicitando atenção para reclamações quanto à qualidade do atendimento aos servidores da Polícia Militar do Estado.

Conforme a correspondência anexa, é possível verificar a difícil situação dos policiais que necessitam de atendimento médico; "eles (os médicos do IPE e do Hospital da Polícia Militar) estão deixando as pessoas morrer à míngua, principalmente, as que não têm condições financeiras e também não têm a quem recorrer, pois não podem gritar, não têm ninguém para falar por eles devido ao Regulamento Militar que é rigoroso, não dando direito, mas sim obrigações".

Mais adiante, o missivista afirma: "Houve também o descredenciamento de várias entidades assistenciais particulares com o Hospital Militar e com o IPE, devido ao INAMPS, causando grande transtorno aos necessitados e dependentes desses atendimentos, sem que houvesse de imediato meios urgentes de atendimentos. Há, tanto pelo Hospital Militar como pelo IPE encaminhamentos para o INAMPS, mas lá começam as dificuldades, havendo exames que têm que se pagar fora, face aos problemas que têm havido na Previdência, vários locais de tratamento ou consultas não dão o devido atendimento que deveriam dar".

"... eu desconto meio salário mínimo para o IPE, que subsidia o Hospital Militar, porém a situação dos doentes que necessitam de controle permanente de sua saúde é precária, tais como: o cardíaco, o hipertenso, o desequilibrado mental, o diabético, o epilético e outros mais que necessitam de modo permanente de remédios controlados e internamentos; pois, como sabe-se, as farmácias não vendem esses remédios sem receita médica".

Tais asseverações redobram nossas preocupações com um eventual "sucateamento" dos serviços do IPE - outrora uma unanimidade em competência e eficiência - por irresponsabilidade de um Governo que não repassa os recursos legais e constitucionais necessários à sua manutenção.

Confiamos no empenho do competente Superintendente do IPE, Doutor Jaime Ricardo Paciornik, no sentido de verificar a procedência das denúncias formuladas pela correspondência anexa, imprimindo urgência nas medidas para corrigir possíveis falhas nos atendimentos aos servidores da gloriosa Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente oficial, ao Excelentíssimo Senhor Doutor NIZAN DE ALMEIDA, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, no sentido de que seja destinado um veículo-ambulância para o Município de ALTÔNIA.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme as constantes e justificadas reclamações das lideranças do local, resente-se o Município de melhores condições financeiras para atender a grande demanda de pedidos na área da saúde, quer no tocante a remédios, atendimento ambulatorial e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas, para a sede do Município, para os postos de saúde e até para os outros centros mais evoluídos clinicamente.

A ambulância é reivindicação permanente em todas as reuniões com as comunidades.

#### REQUERIMENTO Nº 3014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados expedientes oficiais a Senhora MARGARIDA MARIA MAIA PROCÓPIO, Ministra da Ação Social; Senhor Doutor ALCENI GUERRA, Ministro da Saúde; Senhor Professor CARLOS ALBERTO CHIARELLI, Ministro da Educação, solicitando e recomendando a implantação de um CENTRO INTEGRADO DE APOIO À CRIANÇA - CIAC, no Município de IPORÁ.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do plano do Governo Federal na área da assistência à criança, o Município de IPORÁ não pode ficar sem ser contemplado com o já ansiosamente esperado CIAC.

Esse projeto de educação e assistência à criança de uma maneira integrada com a preocupação com a saúde e permanência do estudante na escola, sem dúvida, será um grande avanço na solução de um dos maiores problemas do Município, que é o da Educação.

A ação de entidades diferentes que tratam das questões na área da saúde, da alimentação, da educação formal e da socialização do jovem em idade escolar, faz com que os recursos sejam esparsos e poucos, pois a sua pulverização dificulta a sua efetiva aplicação.

#### REQUERIMENTO Nº 3015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor MAURICIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a liberação de recursos para a ampliação do "Colégio Estadual Profª Leonídia Pacheco - Ensino de 1º e 2º Graus", do Município de MARIA HELENA.

Do aprovado, requer ainda, envio de expediente comunicando, ao Prefeito Municipal de Maria Helena; ao Senhor Alan de Freitas (Fazenda Freitas) e à Direção da Escola, Profª Maria Aparecida Bertolini Patussi (R. da Glória, nº 583 - Maria Helena - PR.).

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A escola passou recentemente por uma pequena reforma, estando - podendo se dizer - em boas condições de funcionamento.

No entanto, a necessidade é o aumento das dependências físicas, precisando de mais duas salas de aula; uma outra sala para supervisão escolar; uma para orientação e um almoxarifado.

Tal pedido já se encontra na FUNDEPAR, sob os ofícios de nºs 024/90 e 066/90.

A comunidade, agradecida pelo empenho da FUNDEPAR na recuperação de seu prédio escolar, aguarda o atendimento de mais essa solicitação, reconhecendo o esforço do Governo Estadual.

#### REQUERIMENTO Nº 3018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente às autoridades abaixo relacionadas, objetivando parabenizar à população de Santo Antônio do Sudoeste (PR), pelo transcurso da data comemorativa de seus 40 anos de Emancipação Política, no próximo dia 14 de novembro.

#### RELAÇÃO DAS AUTORIDADES PARA AS QUAIS DEVE SER ENCAMINHADO O REQUERIMENTO

1) Prefeito Municipal do Município de Santo Antônio do Sudoeste, Senhor MANFREDO GERMANO KNAPT

2) Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Senhor SINVAL SCHEREINER

3) Diretor do Fórum da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, LUIZ CEZAR DE PAULA ESPÍDOLA.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa saudar, através das autoridades constituídas do Município, todos aqueles que no transcurso destes últimos 40 anos, fizeram de Santo Antônio do Sudoeste um dos mais prósperos Municípios do Sudoeste do Estado e de todo o Paraná.

Tendo como marca registrada a índole trabalhadora de seu povo, o qual, com o suor de seus próprios rostos irriga seu solo de terras férteis, Santo Antônio do Sudoeste é hoje um Município com os olhos voltados para o futuro e para a prosperidade.

REQUERIMENTO N° 2961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com fundamento no art. 131, do Regimento Interno e com base no art. 74, inciso VII da Constituição do Paraná, REQUER, ouvido o Plenário, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, Digníssimo Secretário Especial da Política Habitacional, informe a esta Assembleia Legislativa o que se segue:

I - Que por força da Lei n° 9.618, de 06.06.91, foi alterado o orçamento dos investimentos da COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná, com acréscimo de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), representados por crédito suplementar destinado a investimentos para produção de habitação popular.

II - Que a aplicação da referida verba, sujeita à fiscalização da Assembleia Legislativa, não tem sido transparente, vez que uma infinidade de Municípios paranaenses com projetos concluídos, não logram êxito na obtenção de recursos da COHAPAR.

Isto posto, se formula abaixo, os destaques das informações a serem formuladas pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Política Habitacional:

1. Quais os Municípios beneficiados com repasses oriundos da Lei n° 9.618?

2. Quais as obrigações assumidas pelas Prefeituras Municipais que obtiveram repasses e quais as datas dos contratos firmados?

3. Qual o número de construções financiadas, seu tipo e valores de financiamento unitário?

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Rossoni, Emília Belinati, Paulo Maia, Dalton Machuca e Heinz Herwig.

REQUERIMENTO N° 2985

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam transcritas nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, as conclusões do "Encontro de Prefeitos em Brasília", no movimento denominado "Marcha de Prefeitos", aprovado no dia 06 de novembro próximo passado, como propostas para evitar o agravamento da crise nos Municípios brasileiros.

O documento que pede a retomada do desenvolvimento como descentralização político-administrativa, é assinado pelo Conselho Brasileiro de Integração Municipal; Associação Brasileira de Municípios; Associação Brasileira de Prefeitos; Confederação Nacional de Municípios; Frente Municipalista Nacional; Instituto Brasileiro de Administração Municipal e União de Vereadores do Brasil.

Que do presente seja dada ciência às entidades subscritoras do documento, à Associação dos Municípios do Paraná; à União de Vereadores do Paraná; aos Deputados Federais e Senadores paranaenses; ao Presidente da Câmara e do Senado e ao Presidente da República.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) ALGACI TOLIO

Apoiamto: Albino Corazza

REQUERIMENTO N° 2986

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Assembleia Legislativa, dos documentos extraídos do "Encontro de Entidades Municipalistas Nacionais e Estaduais", realizado dia 05 de novembro de 1991, conforme cópias anexas.

Seja dado conhecimento desta proposição à Associação dos Municípios do Paraná e às entidades que subscrevem os referidos documentos.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(aa) ALBINO CORAZZA

EMÍLIA BELINATI

ALGACI TOLIO

JUSTIFICATIVA:

Esta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e constituiu comissão oficial de apoio e defesa dos interesses dos Municípios paranaenses, por ocasião do movimento "S.O.S. Município", demonstrando sua efetiva atuação em favor do povo do Paraná que reside nos Municípios.

A referida Comissão, integrada pelos Deputados Albino Corazza Neto, Algaci Túlio e José Durval Amaral, tendo cumprido a missão que lhe foi atribuída, participando das discussões e atividades no aludido movimento, traz o resultado inicial dos trabalhos efetuados, na forma dos documentos

anexos, encaminhados respectivamente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais e Senadores.

A decisiva atuação do Poder Legislativo do Paraná em favor do municipalismo, ficará mais uma vez comprovada com a aprovação da presente proposição.

#### REQUERIMENTO N° 2988

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após consultado este douto Plenário, seja deferida a inserção, na Ata dos trabalhos desta sessão, da matéria jornalística anexa, subscrita pelo Advogado NONATO CRUZ, sob o título "SUCESSÃO PRECOCE NO PARANÁ", publicada no Correio de Notícias desta Capital, na edição de quarta-feira, dia 06 de novembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

A matéria sobremencionada, particularmente pelas observações que apresenta sobre o momento político do Estado, naturalmente se inscreve a compor o acervo bibliográfico desta Casa, como um retrato da atividade dos nossos próceres nesta quadra política.

#### REQUERIMENTO N° 3002

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado o pronunciamento do Deputado Federal Flávio Arns, na Câmara dos Deputados, dia 23 de outubro próximo passado, sobre a grave questão da educação das pessoas portadoras de deficiências.

Transcrever as palavras do professor Flávio Arns, presidente da Federação Nacional das APAEs, significa mais do que inscrever palavras inteligentes nos nossos Anais. Significa solidarizar-se em plenitude com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, diante do descaso do Governo Federal com a educação desse segmento de nossa sociedade.

Por esta razão, requeremos, também, que este expediente seja enviado ao Ministro de Estado da Educação, cobrando uma política que contemple a Constituição Brasileira pela efetivação dos direitos do cidadão deficiente a uma educação integral, livre de autoritarismo, discriminações e retrocesso.

Que do presente, seja ainda, dada ciência ao Deputado Flávio Arns e às APAEs no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) ALGACI TOLIO

#### Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 071/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica ratificada a Resolução de n° 029/90, de 25 de maio de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado a 1° de junho do mesmo ano, que autorizou a realização do plebiscito para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Nova Esperança do Sudoeste.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) JOAO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Através da Resolução n° 029/90 a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná autorizou a realização de plebiscito com o intuito de colher a opinião da população interessada sobre a criação do Município de Nova Esperança do Sudoeste, desmembrando-o de Enéas Marques e Salto do Lontra.

Autoridades constituídas de Salto do Lontra tentaram uma manifestação contrária ao mandamento legal emanado desta Casa, impetrando Mandado de Segurança no egrégio Tribunal de Justiça do Estado. O remédio jurídico foi ineficaz, pois a Corte referida não acolheu o pedido. Permaneceu válida de pleno direito a Resolução n° 029/90.

Remetidos os autos para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, foi marcada a consulta plebiscitária para o dia 10 de novembro do ano em curso, depois de cumpridos todos os requisitos legais, ou seja, população estimada com mais de cinco mil habitantes, núcleo urbano com mais de cem casas e eleitorado superior a vinte por cento da população.

Os juizes eleitorais das comarcas envolvidas desenvolveram imenso trabalho de cadastramento e de preparação da eleição.

A Comissão de Emancipação não mediu esforços para mobilizar a população, com o objetivo de fazer de 10 de novembro um dia festivo, como são os dias que marcam a independência de qualquer comunidade.

Aquilo que seria um dia de alegria, transformou-se em dia de esperança. Ocorre que em menos de 40 horas de seu início, o plebiscito foi suspenso por força de uma liminar garantida pelo eminente Ministro Villas Boas, do Tribunal Superior Eleitoral, que entendeu ser expectativa de bom direito o fato da Resolução já referi-

da ter sido editada com data anterior a da Lei Complementar nº 56, que estabeleceu os requisitos para criação de municípios.

É evidente que o douto Ministro não entrou no mérito da questão. Porém, a decisão liminar frustrou sobremaneira a expectativa de todos os moradores.

Aqui vale ficar registrado que não errou esta Casa Legislativa, nem persistiu no erro o Tribunal Regional Eleitoral, e isto, por certo, o julgamento final do Mandado de Segurança irá confirmar.

A Corte Eleitoral do Estado desde o julgamento do processo nº 10.521, que designava data para o plebiscito da localidade de Guamiranga, manifestou-se desta forma, em caso idêntico ao presente, através de brilhante voto do eminente jurista Doutor Egas Dirceu Moniz de Aragão:

"Conquanto a Lei Complementar Estadual seja posterior à Resolução nº 39/90, tem-se como cumprida a exigência da Carta Federal, pois a nova Lei é imediatamente aplicável aos procedimentos em curso e não afeta atos anteriormente praticados sob o império de leis por ela derogadas. Mesmo que dúvidas houvesse a propósito, ao menos como direito superveniente convalidaria os atos pretêritos".

Nem cabe neste instante voltar a falar sobre a pujança de Nova Esperança de Sudoeste. Isto já foi analisado outrora.

O que desejamos, com este Projeto, é confirmar a vontade desta Assembleia no sentido de autorizar a manifestação democrática dos paranaenses.

Desejamos, ainda, abreviar demanda jurídica que prejudica uma população inteira e um futuro município por extensão que pode não ser instalado, ano vindouro, por questões legais plenamente dispensáveis com esta oportuna manifestação legislativa.

Desta maneira, solicitamos apoio aos demais Pares, por ser questão de inteira justiça e que mostra, também, a independência e harmonia entre os Poderes constituídos, exatamente como deve ser no Estado de Direito que tanto cultuamos.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 072/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - O parágrafo primeiro do Art. 28, do Capítulo III, das Comissões - Seção I - Disposições Gerais do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo primeiro - Aplicam-se a tramitação das proposições submetidas a deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições de seus Regimentos que ajustados às diretrizes estabelecidas no Regimento Interno dependerão de proje-

tos elaborados e submetidos à aprovação do Plenário.

Sala das Sessões, em 11.11.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Sem sombra de dúvida para que as Comissões Permanentes e em especial a Comissão de Constituição e Justiça, possa manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, além dos demais, necessário se faz dar a elas um texto que lhes dê maior ordenamento.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 073/91

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - O art. 182 - Capítulo V - Da Urgência -, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 182 - Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja considerada até sua decisão final e poderá ser requerida quando:

I - Tratar-se de providência para atender calamidade pública.

II - Pretender-se a apreciação da matéria na mesma sessão.

§ 1º - O requerimento de urgência somente poderá ser submetido a deliberação do Plenário se for apresentado por:

I - Dois terços dos membros da Mesa, quando se tratar de matéria da competência desta;

II - Dois terços dos Líderes em exercício de cada representação partidária ou de Blocos Parlamentares;

III - Dois terços dos membros da Comissão competente para opinar sobre o mérito da proposição.

§ 2º - O requerimento de urgência não tem discussão, mas a sua votação pode ser encaminhada por um Líder, Relator ou Deputado que lhe seja contrário, um e outro com o prazo improrrogável de cinco minutos. Nos casos do inciso I e III, do § 1º, orador favorável será o membro da Mesa ou de Comissão designado pelo respectivo Presidente.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

Verificando-se diuturnamente as proposições sujeitas a deliberação da Assembleia Legislativa, observar-se que face a plethora de pedidos de urgência é necessário estabelecer-se um maior cuidado com a coleta de dados e informações, bem como, depois disso, trabalhar na clareza dos textos postos em debate para a final se ter um projeto dentro da boa técnica le-



gislativa.

Nem as Comissões podem pretender o exagero do contido na Constituição italiana que para acelerar a elaboração legislativa, inovou em um dos seus artigos, permitindo a delegação pelo Plenário do poder de legislar de uma das Comissões permanentes parlamentares, como que numa delegação "interna corporis", nem como está posto no atual Regimento, pois que a "delegação" constitui uma anomalia - pois confere a uma fração do legislativo a elaboração de lei - o fato de confiar a um só Deputado - como está no atual Regimento - o poder de dar impulso cêebre a qualquer projeto sem pesquisar da sua maior ou menor importância para a vida do Estado e da sociedade, é critério com o qual não se compadece nem a lei e nem a ordem e pelo contrário, atenta contra o prestígio e a dignidade dos Parlamentos.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 506/91  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Ficam reconhecidos oficialmente pela Secretaria de Estado da Educação os Jogos da Juventude, promovido pela Fundação de Esportes e Turismo - FESTUR.

Art. 2° - Ficam autorizadas a participarem dos Jogos da Juventude todas as escolas da Rede Estadual de Ensino.

Parágrafo Único - A participação nos citados jogos não acarretará prejuízos de qualquer espécie aos alunos e isenta de faltas tanto os professores quanto os alunos participantes.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

Os Jogos da Juventude é evento promovido pela FESTUR, no qual participam atletas nascidos a partir de 1974, faixa etária predominantemente escolar, fator que envolve a grande maioria de Professores Técnicos da Rede Estadual de Ensino, mas que ao participarem não são autorizados e, por conseguinte, são cortados do ponto de frequência nos Estabelecimentos onde atuam, sendo atribuídas faltas também aos alunos os quais são prejudicados com a aplicação de testes durante o período em que estão participando do referido evento.

Considerando-se que os Jogos da Juventude, são reconhecidos pelo próprio Governo do Estado, como o mais importante acontecimento esportivo do ano e do Paraná, dado ao grande número de participantes, não só em municípios, como também em atle-

tas e que os elementos envolvidos, pertencem em grande maioria à Rede Estadual de Ensino e que alguns Núcleos Regionais de Ensino, contornam a situação permitindo, mesmo que burlando a lei, a participação dos Estabelecimentos de suas jurisdições e que outros Núcleos Regionais de Ensino não permitem a mesma participação, não burlando a lei, mas prejudicando o nível técnico das equipes de sua jurisdição, que em desvantagem pela não participação, não conseguem destaque no cenário Estadual, é que aqui apresentamos este Plano de Lei, do qual esperamos receber o justo apoio dos Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 507/91  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro a que se refere o presente projeto, é uma instituição civil, com personalidade jurídica de direito privado, de caráter beneficente, tendo por objetivo estudos, pesquisas, e divulgação de conhecimentos antropológicos, científicos, filosóficos e psicológicos do Antropólogo, Dr. Samuel Aun Weor, e também, a função de coordenar, supervisionar, orientar e organizar as atividades de seus membros, é uma instituição filantrópica de caráter social, cultural e educacional, sem fins lucrativos, e todo patrimônio que lhe advir, será para o seu desenvolvimento.

O Estatuto deste Centro foi publicado no Diário Oficial em 12 de dezembro de 1990.

Uma vez que o Centro de Estudos de Antropologia Gnóstica de Arapongas possa cumprir o seu papel social, é justo que seja reconhecida como Utilidade Pública, pelos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 508/91  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Altera a redação do art. 1° da Lei n. 9370, de 13 de setembro de 1990.

"Art. 1° - Fica criado o município de Mercedes, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

Inicia no Lago Itaipu (Rio Paraná) confrontando com a República do Paraguai até a embocadura do Lago Itaipu (Rio Guaçu); da embocadura do Lago Itaipu (Rio Guaçu) até o término do Lago Itaipu (Lago Guaçu) confrontando com o município de Guaira e Terra Roxa; do término do Lago Itaipu (Rio Guaçu) ao ponto de embocadura do Lageado Guavirã à montante do Rio Guaçu, confrontando com o município de Terra Roxa e Nova Santa Rosa; do ponto de embocadura do Lageado Guavirã no Rio Guaçu ao ponto de embocadura do Lageado Mercedes à montante do Lageado Guavirã, confrontando com o Distrito de Novo Três Passos; do ponto da embocadura do Lageado Mercedes no Lageado Guavirã ao ponto de divisa entre os lotes rurais: lote 25 do 28º perímetro e o lote 24 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte) à montante do Lageado Mercedes confrontando com o Distrito de Novo Três Passos; segue por linha seca entre os lotes rurais: 25 e 49 do 28º perímetro e os lotes 24, 23, 22, 21, 19, 18, 17 e 16 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: 15 do 28º perímetro e o lote 16 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até a sanga São Luiz; Segue a montante da Sanga São Luiz à nascente da mesma (lote rural n. 13 do 28º perímetro) confrontando com o distrito de Novo Horizonte; da nascente da Sanga São Luiz, segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 13 do perímetro e o lote 113 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); por linha seca entre os lotes rurais: lote 12 do 28º perímetro e o lote 113 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); até o ponto que corta o Lageado 17 de Setembro; deste ponto adiante até o ponto da embocadura da Sanga Martin, confrontando com o Distrito de Novo Horizonte, do ponto que a Sanga Martin emborça no Lageado 17 de Setembro segue à montante pela Sanga Martin até encontrar a linha divisória dos lotes rurais: lotes 140 do 18º perímetro e o lote 135 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 140, 139, 138 do 18º perímetro e os lote 135 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 138 e 168 do 18º perímetro e o lote 69 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até encontrar o ponto que corta o Lageado Belmonte; segue a jusante do Lageado Belmonte até a linha divisória dos lotes rurais: lote 56 do 18º perímetro e o lote 55 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 56 do 18º perímetro e o lote 55 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte) a linha que corta a Sanga 27 de Setembro; segue por linha seca entre os

lotes rurais: lotes 10 e 56 do 42º perímetro e dos lotes 9 e 59 do 42º perímetro (distrito de Novo Horizonte), até encontrar o ponto que corta o Arroio São Luiz; confrontando com o Distrito de Novo Horizonte; segue à jusante do Arroio São Luiz até o Lago de Itaipu (Arroio São Luiz) confrontando com o Distrito de Porto Mendes; deste ponto segue pelo Lago Itaipu (Arroio São Luiz) à jusante até o ponto de embocadura no Lago Itaipu (Rio Paraná), ponto de início, confrontando com o Distrito de Porto Mendes, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

José Arthur Ritti, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Renato Adur, Colombino Grassano Domingos Carvalho, José Tavares, Severino Félix, Ademir Traiano, Erondy Silvério, João Arruda, Orlando Pessuti, Edson Silva Lino, Dobrandino da Silva, Rafael Greca, Costenaro Neto, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, João Preis, Tadeu Lúcio Machado, Duílio Genari, Heinz Herwig, Toti Colaço, Albino Corazza e Cezar Silvestri.

JUSTIFICATIVA:

O escopo do presente projeto de lei prende-se ao fato de a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, ter enviado a este Poder o ofício DGC/DETRE n. 12/91, especificando a área territorial do Município de Mercedes, bem como seus limites.

Este é o motivo que apresentamos este projeto de lei de retificação de divisas e esperamos contar com o devido apoio dos nobres parlamentares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 509/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Estado autorizado a retroceder para o Município de Pitanga, mediante expedição de Título de Propriedade, uma área de 3.510.00 m<sup>2</sup> (três mil e quinhentos e dez metros quadrados) de terras, constituída pela quadra n. 141, zona 3, situada no loteamento São Basílio, no quadro urbano da sede daquele Município, objeto da Matrícula n. 11.494-03, do Livro n. 2, de Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) RENATO ADUR

## JUSTIFICATIVA:

Autorizado pela Lei Municipal n. 448, de 02 de julho de 1989, o Chefe do Poder Executivo de Pitanga doou ao Estado, mediante expedição de Título de Propriedade para a Polícia Militar do Paraná, a área sobremencionada, sob a condição de ser ocupada com a construção da sede da Companhia da Polícia Militar, em Pitanga, no prazo de 01 (um) ano.

Desde a edição da Lei n. 448 e a data da averbação da transferência da propriedade do imóvel, transcorreram mais de 2 (dois) anos, sem que o Estado cumprisse a finalidade da doação, condição resolutive expressa na lei.

Cumprir observar, por oportuno, que a desativação da antiga Delegacia de Polícia, melhor localizada, a par de inscrita no acervo do patrimônio do Estado, e o menor custo, poderá alcançar os objetivos que conceberam a doação.

Acrescente-se, por relevante, que o Estado, para este propósito já dispõe, inclusive, de projeto orçado, em trâmite na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com vistas a ser consecutado proximoamente.

Por outro lado, a área apresenta-se, nesta quadra, indispensável ao Município, que pretende com a Secretaria Especial da Habitação, edificar em sistema de mutirão, 75 (setenta e cinco) unidades residenciais a serem disponibilizadas para a população de baixa renda daquele Município.

PROJETO DE LEI N° 510/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Educação, a pagar integralmente a Regência de Classe devida aos professores de Aulas Especiais de Treinamento Técnico Desportivo da Rede Estadual de Ensino, a partir da data da publicação da presente lei.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

## JUSTIFICATIVA:

As Aulas Especiais de Treinamento Técnico Desportivo, oferecida pela Secretaria de Estado da Educação, onde os professores que detêm aulas especiais de treinamento, cumprem na maioria dos casos, carga horária necessariamente maior do que a oferecida em vista do grande empenho

que o professor está sujeito, se pretender competir, tendo como exemplo além da carga horária devida a ser cumprida no próprio Estabelecimento treinando as equipes, ocupará todos os fins de semana em amistosos preparativos, atividades necessárias e não remuneradas, além do qual, os professores não recebem integralmente a Regência de Classe.

Tal distorção na lei acaba desmotivando os professores que sem a menor condição, não se dispõem a um trabalho mais arrojado, onde na maioria das vezes, além do tempo disponível de seu lazer com familiares, tem ainda que colocar à disposição seus alunos o seu carro e o próprio combustível.

Assim sendo, pelas razões acima expostas, esperamos poder contar com o apoio dos Pares desta Casa para a aprovação de nosso projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 511/91

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a permitir ao professor de Educação Física de regime Diferencial de Trabalho, utilizar carga horária por ocasião de atividades extra classe.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

## JUSTIFICATIVA:

Por lei, as horas gastas, pelos professores com Regime Diferenciado de Trabalho, com aulas tem de ser cumpridas dentro do Estabelecimento de Ensino.

Através de nossa medida, permitindo ao Professor de Educação Física, detentor das horas RDT, utilizar esta carga horária por ocasião de atividades extra classe, como por exemplo, na realização de amistosos ou excursões a outras cidades ou Escolas, principalmente por tratar-se de atividade cultural e indispensável à preparação das equipes objetivando a participação nos eventos programados pela Secretaria Estadual da Educação e pela FESUR, amenizaremos o problema existente na real conjuntura.

Assim sendo, esperamos poder contar com o apoio dos Pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.  
Honório das Lideranças:

PTB.

(Declina).

Independente -

(Declina)

PT - Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós tivemos notícia hoje pela manhã de uma situação de grave conflito que está ocorrendo no Estado do Paraná, em especial no município de Pinhão, cercando basicamente dois assentamentos de trabalhadores rurais sem terras com uma cena de violência por parte de um proprietário de uma indústria madeireira que faz retomar as mais negras épocas da colonização do nosso Estado, onde as questões fundiárias eram decididas na ponta dos fuzis dos pistoleiros.

Já há alguns dias o Deputado Ovídio Constantino denunciou que um grupo de 30 pistoleiros cercou a escola localizada no assentamento do Faxinal dos Silvérios, atirando nessa escola onde estavam 38 crianças, uma delas foi atingida no pé e hoje corre o risco de ter amputada sua perna.

Também nessa localidade houve o cerco a um caminhão que transportava madeira saído do assentamento, o seu motorista foi atingido e está hoje gravemente ferido.

Uma outra liderança também daquela comunidade foi cercada sofreu um grave atentado e por verdadeiro milagre escapou ileso.

E hoje lamentavelmente tivemos a confirmação de que mais uma criança, uma menina de treze anos foi atingida por disparos de pistoleiros.

Pistoleiros esses contratados no Mato Grosso, cerca de 30, fortemente armados e financiados pela Madeireira Zattar, que já constam em sua folha de pagamento vários pistoleiros integrantes do quadro de carreira da empresa.

Essa empresa já tem denúncias históricas de que há muitos anos é uma das maiores especialistas em grilagem de terras na região Centro do Paraná, vários assassinatos de famílias inteiras de trabalhadores de posseiros são imputados a esse grupo econômico e agora neste exato momento em que o Estado do Paraná, conseguiu trazer alguns exemplos para o Brasil de formas maduras, formas democráticas, formas pacíficas de solução dos problemas fundiários.

Neste momento em que o próprio ITCF consegue firmar com o INCRA um convênio, que tem por objetivo permitir ao órgão estadual de terras o respaldo legal para promover a regularização e assentamento de

famílias, de trabalhadores rurais sem terra, nós não podemos permitir que esse tipo de bandidagem, de quadrilhas continuem a imperar no Paraná.

Nós vivemos inclusive um momento delicado, um momento em que o Congresso Nacional se prepara para votar a lei que regulamenta a reforma agrária no Brasil, em atendimento ao que dispõe a Constituição Federal, e neste momento em que a CPI da violência no campo prepara o seu relatório final, nós do Paraná temos que dar o exemplo de firmeza no trato desta questão.

E eu não precisaria lembrar aqui aos Senhores Deputados, que o Governo do Estado foi muito duro com relação aos trabalhadores rurais sem-terras, mobilizou um enorme contingente policial, lançou esse contingente policial contra mulheres e crianças, contra trabalhadores rurais sem-terras desnutridos.

E o Paraná todo se emvergonha do que aconteceu em Londrina, e nesse momento em que o próprio movimento dos trabalhadores sem-terras no Paraná tem demonstrado que pretende trilhar o caminho da negociação, trilhar o caminho da paz, da democracia para a solução dos problemas fundiários do Paraná, neste momento importante, o Governo do Estado no nosso entendimento deve dar uma lição exemplar a esse grupo de criminosos, que está atuando impunemente na Região Central do Paraná.

O mínimo que se exige hoje neste momento por parte do Governador do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança do Estado, é o imediato desmonte e desarmamento dessa quadrilha de jagunços que está sendo financiada pela Madeireira Zattar.

O Paraná exige isso, também a mesma demonstração de firmeza e energia contra esse grupo que está tentando tumultuar o processo de regularização fundiária no Estado do Paraná.

Esse grupo, definitivamente não pode colocar por água abaixo, todas as conquistas e o amadurecimento que nós tivemos aqui no Estado do Paraná com relação à questão agrária no nosso Estado.

E por isso que nós estamos aqui mais uma vez nesta tribuna, pedindo ao Governo do Estado que dê o exemplo, que uma ação enérgica por parte do Governo do Estado irá impedir que situações semelhantes continuem a ocorrer no Paraná. Agora, por outro lado, também a omissão, a impunidade irá indicar a esses grupos armados do latifúndio, e a questão fundiária no Paraná passa necessariamente pela violência, e isso nós não podemos permitir. A Bancada do Partido dos Trabalhadores está aqui, neste momento cobrando uma posição muito firme porque sabem os senhores, e sabemos

nós que a toda ação corresponde uma reação, e nós esperamos sinceramente que se o Governo do Estado nada fizer nós não tenhamos que assistir daqui a alguns dias, uma cena de violência que irá sujar o nome do nosso Estado no cenário nacional e até mesmo internacional. A reação virá e será uma reação dura. É por isso, que nós pedimos ao Governo para intervir imediatamente com a máxima urgência para evitar essa cena que se aproxima.

Era isso, Senhor Presidente, e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PL.

Declina.

PST - Declina.

PFL - Declina.

PDT - Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Entrei assustado e perplexo, eu vi um "out-door" espalhado pela cidade e assinado por uma associação de defesa do contribuinte, que pede a imediata intervenção do Procurador Geral do Estado, Dr. Carlos Frederico Marés, cassando esse "out-door", e a intervenção também do Procurador Geral da República, - e eu quero alertar o Sr. Líder do PRN -, porque o "out-door" diz o seguinte "imposto gera corrupção, miséria e desemprego - Por que pagar?" Bem pequenininho em baixo do imposto em letras garrafais está escrito "federal".

Na verdade, o "out-door" é maroto, é pago pela mão de sonegadores e é uma leviandade, um incitamento à desobediência civil e não serve a ninguém. Eu até aposto que quem paga esse "outdoor" é uma do Presidente Collor na pretensa reconstrução nacional que não houve. Nós precisamos estabelecer uma mentalidade a favor do pagamento de impostos nesse país. Se não se pagarem os impostos, se se abençoar a sonegação, se se indentificar a obrigação tributária com a sonegação, com a contravenção, será que a corrupção acaba? Será que, de repente, ninguém pagando imposto, a burra do Tesouro, ficando completamente vazia, acaba a corrupção nesse país, ou apenas muda de endereço, nas antecâmaras dos palácios, dos Poderes, para daí então, ir para algum gabinete desinfetado por ar condicionado aí de algum grupo empresarial, interessado em dominar a nação? Não tem cabimento, senhor líder do Governo, que o Paraná conviva com um tipo de cartaz desses, incitando a desobediência civil. O Senhor Governador não terá autoridade para fazer a sua campanha - "O imposto que você paga mantém as creches, as escolas, os hospitais...". Tem até uma campanha em tom

de súplica, de ladainha, que a gente quase se persigna quando ouve, parece quase um cantochão; não tem cabimento se o Procurador do Estado não agir contra esse cartaz. Esse cartaz incita a desobediência civil, prejudica a cidade, o estado e a República. Nós podemos discordar do Presidente da República, podemos discordar dos governantes, mas não podemos discordar da função do pagamento de impostos. Por isso eu estou pedindo aqui, formalmente, ao Líder do Governo que peça ao Procurador Geral do Estado e ao Procurador Geral da República, em nome desta Assembleia, que o Paraná não veja esse tipo de cartaz. "Imposto: por que pagar?" Pagar os impostos, até para manter os serviços públicos que atendem os mais pobres dentre os pobres e que certamente terão a porta batida na cara por quem tem dinheiro, disposição e ânimo para pagar um tipo de campanha como essa.

Era isso o que eu queria dizer em nome do Partido Democrático Trabalhista, a favor da tributação, do pagamento dos impostos que é dever constitucional e de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PRN.

Declina.

PSDB.

Declina.

PMDB.

Declina.

Com a palavra, o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. É com satisfação que participamos a esta Casa que na manhã de hoje, tivemos a oportunidade de participar nas dependências da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, de um encontro, visando estabelecer-se no Paraná uma Integração cooperativa e que contou com a presença de diversas entidades representativas da agropecuária do Paraná, tais como Dr. Agide Meneghetti Presidente da FAEP, Dr. Osmar Dias, Secretário da Agricultura do Paraná, Sr. Mário Blefka, representante da Federação dos Trabalhadores da agricultura do Estado do Paraná, Senhor Luiz Meneguelli Neto, Presidente da Sociedade Rural do Paraná, além de Presidentes de diversas Cooperativas e de núcleos cooperativistas no nosso Estado.

Naquela oportunidade, além de se discutir toda a problemática envolvendo a questão do processo de integração cooperativa que não deve existir apenas e tão somente dentro do círculo cooperativista, buscou-se esclarecer quais são os principais entraves, quais são os obstáculos existentes num processo de perfeito entros-

samento, de perfeita integração entre as cooperativas e os demais segmentos associativos ligados ao setor produtivo do Paraná. É comum existir, numa determinada região, uma disputa muito intensa entre o sindicalismo dos trabalhadores rurais com o sindicalismo rural e desses dois, com o sistema cooperativo e muitas vezes, desses três, com o sistema estadual de agricultura, representado pela Secretaria da Agricultura. Buscou-se, através deste Encontro de hoje, estabelecer-se um ritmo de trabalho, um ritmo novo de trabalho, onde essa integração não ocorra apenas entre os dirigentes maiores, a nível de Estado do Paraná, porque hoje sabemos que o Presidente da FETAEP; Presidente da FAEP; Secretário da Agricultura; Presidente da Sociedade Rural; Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, todos sentam à mesa e conversam tranqüilamente sem nenhum tipo de problema. Mas os problemas quando são conduzidos a nível de região ou de Município, eles existem, como eu disse, não só entre as Cooperativas, como as demais entidades ligadas ao setor produtivo, mas principalmente dentro das próprias Cooperativas têm problemas do ponto de vista da integração e de um trabalho harmônico.

Resultou também Senhor Presidente, Senhores Deputados da discussão levada a efeito nesse encontro ocorrido na manhã de hoje nas dependências da OCEPAR, que haveria necessidade e deliberou-se favoravelmente para isso, de se formar a nível de Paraná, um grupo constituído por essas entidades que mencionamos e somando-se a elas, a Federação das Indústrias do Paraná e o Conselho da Livre Iniciativa Paranaense, para que pudessemos somados ao Secretário da Indústria e Comércio, estabelecer a nível de Estado do Paraná a existência de um fórum permanente de discussão para os grandes problemas do nosso Estado e buscando através desse fórum constituído por estes segmentos já mencionados, constituir ali um local onde pudessemos traçar os planos de desenvolvimento para o Estado do Paraná.

Todos nós sabemos que muitos são os programas que o Governo do Estado vem colocando como prioritários no seu Governo.

No entanto, há necessidade de discutirmos programas que siga além de um período de Governo de quatro anos no Paraná; nós temos grandes projetos que precisam ser discutidos, que precisam ser devidamente avaliados e apenas para citar dois do setor Agropecuário, nós mencionaremos a questão da Citricultura e a questão do Bicho da Seda, que são dois projetos que estão sendo discutidos a bastante tempo, e que muitas vezes possam não estar dentre as maiores prioridades do Governo, mas sem sombra de dúvida, fazem parte das grandes

prioridades de desenvolvimento do Paraná.

Nesse sentido, constitui-se esse fórum de discussão permanente do desenvolvimento econômico social, principalmente com uma visão voltada para agroindustrialização regionalizada do Paraná. E, tivemos a satisfação também Senhor Presidente de ter a Assembleia Legislativa do Paraná, convidada a integrar esse fórum de discussão através do Bloco Parlamentar Agropecuário, do qual fazemos parte na condição de Coordenador.

Quero cumprimentar e ao mesmo tempo agradecer ao Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, Dr. Inácio Donel, pela oportunidade que propiciou de discutirmos assuntos da mais alta relevância e interesse do Paraná e de se implantar nesse Estado um Fórum para discussão e elaboração dos programas de desenvolvimento econômico social e principalmente desenvolvimento agroindustrial do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 458/91, subscrito pelo Senhpr Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência da presente Sessão, em virtude de viagem ao município de Santo Antônio da Platina, onde estará integrando a equipe desta Casa de Leis como Relator do processo que envolve o Senhor Deputado José Artur Ritti.- A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício nº 772/91, subscrito pelo Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, justificando sua ausência da presente Sessão, em virtude de compromissos inadiáveis no município de Nova Londrina. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Resolução em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- **Apoiados.** A Diretoria



Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Elío Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 019/91. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 060/91. - **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

#### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, autoriza a realização do plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Carambei. Com PARECER FAVORÁVEL da C.G., por unanimidade. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos, nessa oportunidade dar ciência à Assembleia Legislativa, acerca do procedimento que irá pautar a nossa Bancada e aqueles que a ele permanecem aliados.

Todos nós sabemos o que ocorreu com este assunto, emancipação política de Carambei, desde o primeiro Projeto da lavra do ex-Deputado Edmar Luiz Costa, posteriormente com um Projeto da lavra do Deputado Heinz Herwig. No que diz respeito especificamente ao projeto apresentado pelo Deputado Heinz Herwig, quando o mesmo foi à votação, embora contrariando muitas vezes as postulações pessoais e individuais de parlamentares que integram o nosso grupo, houve por bem, naquele momento a Bancada fechar questão em torno da votação em contrário do presente projeto de lei. O fechamento de questão, deve-se, evidentemente a motivação propiciada e a recomendação feita, na ocasião, pelo Deputado Geraldo Cartário, que defendeu, naquele momento, o fechamento de questão com referência à votação do projeto.

Como se tratou de uma proposta colocada em discussão à Bancada, ela foi avalia-

da, analisada, muitos se colocavam de forma contrária ao fechamento de questão, naquele momento, mas a maioria decidiu que aquele momento era necessário acompanharmos o Deputado Domingos Carvalho, que naquela sessão também apoiava e pedia o fechamento de questão do grupo integrado por nós, os 29 Deputados que damos apoio administrativo e político ao Governo do Estado. O assunto então foi discutido, a maioria assim entendeu que era correto e a questão ficou fechada, viemos a Plenário com a questão fechada e votamos contrariamente ao projeto do Deputado Heinz, não propiciando, naquela ocasião a autorização para a realização do plebiscito.

Um novo projeto volta a este Plenário para ser analisado e discutido pelos Senhores Deputados. Mais uma vez a Bancada se reuniu para discutir, avaliar qual o encaminhamento que daríamos nesta questão. O Deputado Domingos Carvalho apresentou um estudo, em forma de Questão de Ordem, que já foi respondida pela Mesa desta Casa, na última sessão. Com todos estes andamentos e discussões havidos, mais uma vez levamos o assunto para ser discutido em nosso bloco de Parlamentares que apóiam administrativamente ou politicamente o Governo. E desta feita o assunto, ao ser discutido, não mereceu da parte da maioria dos nossos Parlamentares uma idéia de que deveria ser fechada a questão e votado contra. Tendo em vista que não se fecha a questão neste momento, esta Liderança já participou à maioria de seus liderados que esta questão está em aberto, votando cada Parlamentar, a partir deste momento, no assunto realização de plebiscito em Carambei, de acordo com aquilo que entende ser conveniente e ser o seu pensamento. Por esta razão nós queremos informar ao Presidente desta Casa, não apenas na condição de Presidente mas também de autor deste projeto, que a Bancada por nós liderada, do PMDB, e aqueles que a ela se aliam, não fechará questão no voto contrário à emancipação política de Carambei, estando portanto os nossos Parlamentares liberados para votarem de acordo com a conveniência que cada um tem.

E repito, da outra vez a Bancada votou fechada contrariamente tendo em vista uma deliberação da maioria dos Parlamentares, embora naquele momento, muitos até que eram a favor, se viram na incumbência e na necessidade de votarem contra por uma deliberação da maioria do grupo ao qual pertence, por essa razão prestamos esses esclarecimentos para que todas as dúvidas possam estar suscitadas e esclarecidas.

O SR. DOMINGOS CARVALHO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputa-

dos, antes de mais nada eu quero dizer que eu tenho um amor muito grande pelo Distrito de Carambeí e o povo de Carambeí.

O meu trabalho aqui nesta Assembleia junto aos Deputados para que firmasse contra naquela oportunidade o projeto do nobre Deputado Heinz Herwig foi que realmente não houve negociação entre ambas as partes, entre o distrito de Carambeí e o distrito sede de Castro.

Hoje, eu talvez não lute tanto contra para impedir que a emancipação de Carambeí ocorra.

Eu tenho apenas a contestar o seguinte:

Eu acho que essa matéria deveria ser encaminhada para esse plenário conforme as normas Regimentais e as normas Constitucionais, ao meu ver essas normas não estão sendo obedecidas; e além do mais Senhor Presidente, eu acho que na quinta-feira passada quando eu pedi a questão de ordem Vossa Excelência talvez não se lembrou no momento que era um projeto de sua autoria e a Vossa Excelência então não indeferiu.

Ao meu ver Vossa Excelência não poderia nem ter deferido porque era matéria de interesse particular, deveria aquela questão de ordem ao meu ver ser deferida pelo Vice-Presidente da Casa ou pelo Plenário, mas isso para mim são águas passadas, eu quero apenas recordar esse fato.

Eu vou votar contra a emancipação de Carambeí, contra o plebiscito, mais baseado na falha do projeto, que deveria ser um projeto novo, e no entanto é um projeto velho, desarquivado; mas qual seja o voto de cada um aqui dos Deputados eu vou respeitar a decisão de cada um, e ao povo de Carambeí quero afirmar mais uma vez que eu sou Deputado Estadual de Carambeí, eu fui o mais votado de Carambeí, vocês estão no meu coração, seja distrito ou seja município, vocês estão no meu coração, seja distrito ou seja município, vocês irão sempre contar com a minha ajuda, tanto na Assembleia como a nível de Governo Estadual. Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Eu neste instante, eu até agradeço qualquer manifestação por parte dos nossos visitantes desta tarde, mas eu quero deixar registrado antecipadamente o meu voto com relação a criação do Município de Carambeí.

Primeiramente eu gostaria de dizer e com data vênua ao nosso ilustre Parlamentar Domingos Carvalho, que é o representante oficial daquela região pela vontade popular de Castro, de Carambeí, enfim daquela Região. Castro e Carambeí tem um

grande Parlamentar aqui na Assembleia, não somente no que diz respeito ao episódio Carambeí-Castro, mas pelo zelo com que ele vem cuidando dos interesses dos referidos municípios e da Região.

Quanto ao surgimento do projeto do nosso ilustre companheiro Parlamentar Heinz Herwig, na semana retrasada, não tive oportunidade de acompanhar o projeto, em função da orientação da liderança de nosso partido, do bloco dos aliados, muito bem explicado pelo Líder Orlando Pesuti.

Neste novo projeto que surge aqui, mesmo com algumas ressalvas muito bem colocadas na sessão passada pelo ilustre Parlamentar Domingos Carvalho, no que diz respeito à sua constitucionalidade, mas o que importa é que estamos votando, na verdade, o mérito da questão, devo informar que vou votar favoravelmente ao projeto...

(Palmas da assistência nas galerias)

Mas queria, antes de mais nada, declinando inclusive do apoio das galerias da Casa porque aqui já fui vaiado em outras ocasiões, mas devo confessar ao Parlamentar Domingos Carvalho que Carambeí principalmente, tem uma história muito profunda e ligada com o município de Irati, terra a qual pertence e Região que represento. Os primeiros holandeses quando chegaram no nosso Estado do Paraná foram recebidos na ocasião e fizeram o seu torrão natal aqui no nosso Estado, no município de Irati, especificamente no distrito de Gonçalves Júnior. Depois, não se aclimatando com as terras principalmente, tendo em vista que lá é um terreno completamente diferente da Região de Castro, depois de poucas décadas foram a Castro, lá se instalaram. Hoje é Castro, e Carambeí, que são orgulho para o Paraná e para nosso País. Temos inclusive, no município de Irati, quatro famílias de origem holandesa. Inclusive o nosso Prefeito, Alfredo Vandernotti, que seus antepassados são da Holanda e também da Alemanha.

Particularmente, na semana passada, acompanhando a Liderança de nosso partido, votei constrangidamente. Porém neste momento, em função das ligações que temos com o início da colonização do nosso município, com as ligações afetivas que existem ainda entre as famílias holandesas de Irati, com as famílias de Carambeí, evidentemente vou votar favorável ao projeto, pedindo vênua ao ilustre, valoroso Parlamentar Domingos Carvalho, que deverá continuar tendo o apoio de Carambeí, de Castro, de toda aquela Região, porque assim ele o merece.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero inicialmente parabenizar a iniciativa do Deputado Nelson Justus, na qual a preocupação de regulamentar com mais cuidado, com mais atenção, a criação de novos municípios.

Sabemos que no Estado do Paraná a produção legislativa nesta Casa, notadamente no que se refere à criação de novos municípios, é muito generosa. Com isto tivemos, e a realidade assim o demonstrou, a criação de muitos municípios que hoje, lamentavelmente, num sonho de emancipação político-administrativa se transformou num pesadelo. Municípios foram criados sem que tivessem as mínimas condições de arrecadação que pudesse permitir levar a sua comunidade os serviços básicos essenciais que são de competência e atribuição dos municípios.

Não foram poucos os grandes municípios que são polos industriais e comerciais, que se livraram de comunidades inteiras, se livraram da responsabilidade de manter as estradas rurais e vicinais, se livraram de remeter a essas comunidades os serviços de educação, saúde, etc.

Então em muitos casos a criação de novos municípios foi realmente algo prejudicial, por isso que nós saudamos a iniciativa do Deputado Nelson Justus, quando procura cercar de algumas cautelas e alguns critérios político, econômico e social a criação de novos municípios.

Apesar disso a Bancada do PT sempre se posicionou favoravelmente a todas as formas de descentralização do poder. Nós entendemos que quanto mais próximo do povo, quanto mais próximo da sua comunidade estiver o poder, melhor, mais canais, mais acesso direto terá a população.

Agora quando nós chegamos a discutir a emancipação do distrito de Carambeí então aí ocorre um fato interessante, muitas são as vozes, as forças que se levantam contra a criação desse município.

O município de Carambeí quem conhece um pouco da história sabe da luta da sua comunidade, das dificuldades, hoje lá nós temos um dos maiores parques agroindustriais do Brasil, o exemplo do Paraná, uma comunidade que mostrou com seu trabalho, com sua força a sua dedicação que sabe se autogerir e principalmente demonstram os dados econômicos daquele distrito que é uma comunidade que tem condições e adquiriu por seus próprios méritos o direito de autodeterminação dos seus destinos de autogoverno da sua própria comunidade.

Então nós que recebemos um apelo do

diretório do município de Castro, Diretório Municipal do PT, solicitando um adiamento desse processo de emancipação também recebemos do Núcleo dos trabalhadores ligados ao PT do município do distrito de Carambeí, recebemos também o apelo de que nossa bancada votasse favoravelmente a esse projeto.

Então nós, por uma questão de coerência e reconhecendo que especificamente e principalmente no distrito de Carambeí estão presentes as condições que permitem no nosso entendimento a emancipação daquele distrito é que nós votaremos favoravelmente à criação desse município.

Este é a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que o bom senso prevaleceu, a democracia pelo jeito não é tão difícil, não era possível, que Carambeí que é seguramente de todos os distritos que por aqui passaram o seu pedido de emancipação, o que tem melhores condições não fosse aprovado por esta Assembleia.

Houve inclusive pessoas que diziam que Carambeí não podia se emancipar porque Carambeí era muito rico, deixaria o município sede numa situação difícil, o que era um contrasenso, se nós queremos emancipar justamente distritos ou formar municípios que tenham condições é justamente o tipo de distrito como este que é Carambeí que nós podemos formar municípios fortes, municípios que tenham condições de caminhar com seus próprios pés.

Eu tenho certeza que com essa demonstração de democracia, dada pelo Deputado Orlando Pessuti, Líder da Bancada do Governo que foi contra o projeto de minha autoria, nós vamos poder transferir aos municípios e moradores de Carambeí a vontade de torná-lo município.

Nós tivemos agora, ainda recentemente, ontem o caso do município de Tamarana, da minha cidade que eu represento, onde os moradores não quiseram emancipar o distrito, acharam que era melhor ficar com a cidade de Londrina. Então, é essa a democracia: nós devemos deixar aos municípios, as pessoas ligadas diretamente ao Distrito e ao Município, a vontade deles para emancipar ou não o seu Distrito.

Eu tenho certeza que com o apoio da maioria do Srs. Deputados nós vamos poder deixar a população de Carambeí a vontade de se tornarem município.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu como

representante da Região dos Campos Gerais e da cidade de Ponta Grossa, vizinho ao Distrito de Carambeí, quero pedir aqui a todos os companheiros Deputados e companheiros do PFL, do qual faço parte, para que votemos a favor dessa causa. Eu tenho conhecimento do que é o Distrito de Carambeí, da arrecadação e o que é o Município de Castro também. O Município vai continuar com a sua vida naturalmente porque lá tem outras fontes de arrecadação, como é o caso da Cooperativa Castrolândia que lá está e vários outros meios de arrecadação.

E Carambeí, tornando-se município, tem condições de ter a sua vida própria pela arrecadação que tem o próprio Distrito tem hoje através da Cooperativa Batavo, da Cooperativa Central.

Então eu peço a todos os companheiros Deputados que votemos a favor desta causa, que Carambeí está com a razão e será um forte Município dos Campos Gerais.

Muito obrigado.

O SR. EDSON LINO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu já me posicionei anteriormente favorável até porque sou municipalista autêntico e acho que a descentralização do poder se faz necessária para ser melhor geridos os recursos na comunidade.

Portanto, em nome da Bancada do PST, eu quero me colocar solidário e vamos votar juntos pela emancipação de Carambeí.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita às galerias que não excedam nos aplausos, que sejam moderados e que não ofendam a Assembleia assobiando.

O SR. NELSON JUSTUS (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não é mais novidade para nenhum dos Senhores que nós encaminhamos à Mesa Executiva da Casa e tomamos a liberdade de encaminhar a cada um dos Senhores e também a imprensa em geral, e às autoridades do nosso Estado, inclusive a Sua Excelência o Governador do Estado, um projeto de lei que procura regulamentar a criação de novos municípios no Estado.

De maneira alguma e em hipótese e em momento algum nós nos colocamos contra a criação de novos municípios. Não poderíamos de maneira nenhuma nos posicionar contrários à criação de novos municípios. O que nós somos efetivamente contra, é a maneira sem uma regulamentação devida pela qual esses municípios são criados. É evidente que todos nós, paranaenses que somos, conhecemos a pujança de Carambeí, e sabemos que esse distrito tem totais condições de ser emancipado e ser efetivamente criado lá um município novo.

No entanto, o que nós somos radicalmente contra é a criação de municípios que nós sabemos que não vão ter como sobreviver. São Distritos como esse de Jotaesse e outros que nós vamos ter que votar aqui para frente. Esses municípios realmente não têm condições de sobrevivência. Não é o caso de Carambeí. E disse muito bem o Deputado Heinz Herwig que o que nós assistimos neste final de semana dá a comprovação exata do que é efetivamente a democracia. Cabe sim à Liderança de Castro, à liderança de Carambeí se posicionarem e ilustrarem os eleitores e a sua população sob o aspecto de que devam ou não ser emancipados esse ou aquele distrito.

Portanto, Srs. Deputados, o que nós nos posicionamos radicalmente contra é a criação de municípios sem condições de sobrevivência, sem condições sociais, sem condições de reserva de mata virgem, sem condições de número de casa, sem condições de número de eleitores, simplesmente por uma relação de 100 nomes e 50 casas, até na preocupação de se procurar um nome decente para a criação desse município nós nos preocupamos.

Portanto, eu quero deixar aqui o meu posicionamento contrário. Em momento algum sou contra a criação de novos municípios, sou contra sim, a maneira desordenada pela qual muitos municípios foram e são criados nesta Casa e daqui a pouco iremos votar a autorização para o plebiscito de um município chamado "JS". É contra esses municípios que nós temos nos posicionado contra. Esses, benefício algum vão trazer para o Estado, pelo contrário, irão onerar o Estado e nós apenas nos rogamos na expectativa de que efetivamente Sua Excelência o Senhor Governador do Estado vete esses projetos cujos municípios não têm condições de serem emancipados, o que não é o caso de Carambeí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter à votação o Substitutivo Geral de autoria do Presidente da Casa, mas antes quer dizer ao Deputado Domingos, que a Presidência não tem nenhum interesse particular em Carambeí, apenas o interesse coletivo.

Eu acho que a forma mais democrática de praticar democracia, é através do plebiscito. Se Carambeí não quiser autorizar pelo plebiscito, vai votar "não" como fez o município de Tamarana. Ademais, Vossa Excelência entrou com mandado de segurança na quinta-feira contra a tramitação na Casa, o eminente Desembargador Jorge Andreghetto exarou o despacho, na minha opinião certíssima, de que, após a realização do plebiscito, a aprovação do plebiscito pela Casa, é que caberia o mandado

de segurança.

Esses são esclarecimentos que eu queria fazer e não podia deixar de elogiar a posição do Deputado Domingos Carvalho que lutou para ver a sua querida Castro não cortada no seu patrimônio tradicional, mas infelizmente o progresso é assim. Nós temos que dar aqueles distritos em condições de se transformarem em município, aquele suporte necessário que é a realização do plebiscito.

Em votação o substitutivo geral.

As demais emendas serão prejudicadas com a aprovação do substitutivo geral.

Os senhores Deputados que aprovam o substitutivo geral permaneçam como estão.

**Aprovado.**

#### VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 060/91, de autoria do Deputado João Arruda, autoriza a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do município de Saudade do Iguaçu, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

**Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/91, de autoria do Deputado Albino Corazza Neto, autoriza a realização de plebiscito no município de Tupassí, para que a população decida sobre a criação do município de Jotaesse, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

**Aprovado.**

#### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 077/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana e outros, cria a Comissão responsável pela política de aplicação dos recursos estabelecidos no artigo 142 da Constituição Estadual e define a sua alocação e gestão pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na forma que específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Com EMENDAS DA C.C.J. e C.F. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECERES FAVORÁVEIS AS DE N.ºs 01, 02, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 11, 12 e 13 e CONTRÁRIOS AS EMENDAS DE N.ºs 05 e 07, por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado neste turno o projeto de lei e por apreciar as emendas das Comissões e de Plenário.**

Emendas de Plenário.

O projeto foi aprovado neste turno e a Assembleia vai apreciar as Emendas das Co-

missões e de Plenário.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Só um momento, porque nós vamos ordenar a votação.

Há um substitutivo geral do Deputado Neivo Beraldin com parecer favorável da C.C.J.

Aprovado o substitutivo, nós iremos às emendas apresentadas, de Plenário, que também têm pareceres favoráveis.

Com a palavra, o senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Antes um esclarecimento, Senhor Presidente: nós vamos votar o substitutivo, primeiro?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Primeiro o Substitutivo do Deputado Neivo Beraldin e após, as outras emendas, com pareceres favoráveis.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores queremos chamar os demais Deputados a uma reflexão sobre a importância do que estaremos votando nesse momento e principalmente também lembrar aos Srs. Deputados que ao nosso entendimento a Emenda Substitutiva Geral, do Deputado Neivo Beraldin, no nosso entendimento não pode prosperar e não pode ser aquela que irá balizar a distribuição dos recursos provenientes dos "royalties".

Em primeiro lugar, a emenda possui no nosso entendimento basicamente duas questões que impedem a sua aprovação. A primeira delas é que o Substitutivo do Deputado Neivo, retira da Comissão que irá decidir sobre a aplicação dos "royalties", exatamente aquela entidade que nasceu e que justificou do ponto de vista social a própria existência da lei dos "royalties", que é a contraprestação, a indenização que o Estado do Paraná recebe hoje pelo alagamento das suas terras férteis.

Quem se recorda quando da criação do Lago de Itaipu, surgiram milhares e milhares de pequenos agricultores que tiveram as suas terras alagadas, que perderam as suas terras, que fizeram um amplo movimento, uma ampla disputa judicial com a Itaipu, acabaram por receber indenizações irrisórias, e hoje a maioria desses agricultores ou estão no Paraguai ou estão em Rondônia, ou então, estão dispersos pelo Estado do Paraná, sem as mínimas condições de sobrevivência que tinham a época antes do alagamento de Itaipu.

Foi exatamente pelos prejuízos que o

Paraná teve, do ponto de vista econômico, das suas terras férteis que foram alagadas e que portanto, o Paraná perdeu a sua produção agrícola nesses locais. Foi pelo movimento social, pelo grave problema social surgido daquelas vítimas das barragens que surgiu a partir daí o movimento dos agricultores sem terra no Oeste do Paraná, cujas conseqüências estamos vendo até hoje, acabei de relatar aqui aos nobres Deputados a situação que nós temos em Pinhão, muitos dos que estão em Pinhão hoje, são os ex-agricultores das margens do Rio Paraná, que foram alagadas.

E o Projeto do Deputado Neivo Beraldin, tira da Comissão que irá gerir os "royalties", exatamente a organização das Cooperativas que congregam esse Movimento dos Agricultores Sem Terras no Estado do Paraná. Ou seja, exatamente aqueles que por uma questão de justiça de direito teriam que no mínimo ter a sua presença assegurada para poder no momento que formos decidir a aplicação dos royalties, que pudessem exigir o seu pedaço, o seu direito daquilo que perderam, pedir a sua indenização em termos de projeto, de assentamento, em termos de projeto de desenvolvimento, esses ficarão fora pelo projeto do Deputado Neivo.

Agora, não basta apenas isso, o projeto do Deputado Neivo, trás algo no nosso entendimento, que inclusive, fere o espírito da Constituição Estadual, que determinou que para a aplicação dos "royalties" seria constituído uma Comissão Paritária, representantes da Assembleia, do Governo do Estado, das Classes Empresariais e dos Trabalhadores.

Essa Comissão teria o poder de decidir onde colocar o dinheiro dos "royalties"; dinheiro este que deve servir para o desenvolvimento do Estado, para financiar projetos de desenvolvimento no Estado do Paraná em todas as suas regiões aonde for necessário, a juízo desta Comissão que congrega a sociedade civil que congrega os órgãos governamentais, inclusive este Poder.

No entanto, se os nobres Deputados alertarem para um artigo do substitutivo do Deputado Neivo, ele vincula e estabelece que todo o dinheiro dos "royalties" que a COPEL deveria pagar ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, este dinheiro permanece na COPEL, para investimento e aumento do capital da COPEL.

Agora, o que é mais grave ainda, ele estabelece que esse dinheiro que fica com a COPEL deverá ser utilizado, prioritariamente, para a construção do sistema de gás canalizado que será feito na região metropolitana de Curitiba, para atender interesses de grupos cerâmicos aqui da nossa região metropolitana.

Ora, Srs. Deputados, eu quero aqui chamar a atenção dos Deputados do interior. Recentemente o Governo do Estado fez um acordo com a Prefeitura de Curitiba, onde Governo assume uma boa parte da dívida da CIC, dinheiro grosso que ficou, no interesse da região metropolitana. O que é que o Oeste, o Sudoeste do Paraná, que tiveram as suas terras alagadas, ganharam? O que? Ganhariam alguma coisa agora, com os "royalties" dentro da discussão do Conselho.

Entretanto, pelo projeto do Deputado Neivo este dinheiro ficará na região metropolitana de Curitiba. E eu tive a informação hoje que a única empresa que está pagando os "royalties" é exatamente a COPEL! Ou seja, ELETROSUL, Itaipu, não estão pagando os "royalties".

Então, resumindo, nós vamos aqui aprovar uma lei dos "royalties", vamos aprovar um Conselho, só que todo o dinheiro fica com a COPEL, porque o dinheiro disponível que está hoje é o que a COPEL paga, e ela mesma ficará com este dinheiro para aumentar o seu capital e para construir o sistema de gás, no interior de empresas cerâmicas, aqui da região.

Ora, Srs. Deputados, vamos abrir os olhos. Este dinheiro, se nós temos uma Comissão, é ela quem decide como vai aplicar.

Nada temos contra a região metropolitana de Curitiba, muito menos estamos dizendo aqui que o projeto de gás canalizado deva ser ou não realizado.

Cabe a essa Comissão decidir se isso é mais importante do que outro projeto no Oeste, se é mais importante que outro projeto no Sul, ou será que é mais importante do que um programa de combate à erosão, no Noroeste do Estado? Ou será que não é mais importante, por exemplo, colocar este dinheiro no programa "Bom Emprego", para evitar o êxodo rural? Para aumentar o valor e a renda dos pequenos produtores que estão fugindo do interior do Estado e estão vindo inchar as periferias das regiões metropolitanas? Isto cabe sim discutir este Conselho! Não carimbar os recursos e vinculá-los aos interesses de uma região ou de um determinado grupo de empresários!

Todos sabemos que o Estado do Paraná não dispõe de dinheiro para investimento, o nosso Estado mal consegue pagar as despesas com o que arrecada! Este dinheiro é fundamental para que o Estado veja as suas prioridades de investimentos e possa alocar recursos ali! Nós sabemos, o dinheiro do BNDS não vem, não existe dinheiro para investimento! Esta pequena quantia dos "royalties" ficará vinculada aos interesses da COPEL e de um pequeno grupo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste sentido, embora nós não morramos de amores



pelo projeto do Deputado Caíto Quintana, mas não se trata de vaidade, aqui se trata do interesse público, do interesse de todos os paranaenses, nenhuma região, nem um grupo tem o direito de carimbar estes recursos, em detrimento de outras regiões, de outras necessidades de várias regiões do nosso Estado.

É por isso que nós fazemos este apelo, chamamos a atenção dos Srs. Deputados para o que nós estamos votando. E tenho certeza absoluta que a grande maioria dos Srs. Deputados saberá votar corretamente, até mesmo aqueles da região metropolitana, porque tenho certeza de que se nós estivéssemos numa situação inversa, beneficiando apenas Londrina, ou apenas a região Oeste do Paraná, ou apenas a região Oeste do Paraná, ou apenas a região Sudoeste, nós não poderíamos aceitar.

Por isso nós acreditamos que o correto é isso; o projeto do Deputado Caíto permite, primeiro a amplitude das entidades que devem compor e opinar sobre a destinação desse dinheiro, e a esse Conselho caberá, com sabedoria, em cima das realidades concretas, de hoje, de amanhã e de depois de amanhã, neste Estado aonde alocar estes recursos.

É por isso que fazemos este apelo aos Srs. Deputados, que nós fechamos questão e aprovemos apenas e tão somente o Projeto do Deputado Caíto Quintana e não o substitutivo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso encaminhamento não restringe-se apenas à proposta de emenda substitutiva, mas a todas as emendas que constam ao Projeto de Lei 77/91.

Em linhas gerais, as emendas ao projeto original não diverge apenas em alguns aspectos fundamentais que inviabilizam totalmente a sua aprovação; se não vejamos: o texto constitucional define no artigo 51 das disposições transitórias que os recursos de que trata o artigo 142 serão geridos pelo FDE, na forma de lei complementar. O parágrafo único do mencionado artigo 142 estabelece que a política de aplicação desses recursos será definido por comissão paritária, composta de representantes do Poder Público e da iniciativa privada.

Note-se que o referido mandamento constitucional é bem claro e imperativo ao atribuir à comissão paritária responsabilidade pela política de aplicação de tais recursos. Portanto, não cabe aqui na lei que estamos votando fixar nenhum tipo de percentual vinculando-os a determinados órgãos ou determinados fins, como expressa o substitutivo geral, bem como as emendas nos seus artigos e na sua plenitude.

Não estamos aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, discutindo o mérito do projeto substitutivo ou das emendas que ao projeto estão sendo propostas, nós estamos aqui apenas e tão somente discutindo a constitucionalidade dessas propostas; como afirmei, o parágrafo único do artigo 142 diz que a comissão paritária terá a responsabilidade de discutir aplicação desses recursos.

Não cabe portanto, ao elaborarmos a lei, já previamente fazemos o rateio desses recursos, porque a Constituição estabelece justamente o contrário e não poderemos aqui nesta Casa estar votando propostas que tão cara e em sua plenitude são contrários aos preceitos constitucionais.

Nesse sentido, nós votaremos contra a emenda substitutiva e contra as demais emendas, lembrando também que este assunto outrora votado na Casa, quando ainda na sua fase original do projeto 77, fora votado de forma também fechada por esta Bancada, e hoje o assunto está em aberto, votando cada um de acordo com aquilo que julgar mais convincente, que julgar mais correto.

No nosso entendimento, tanto a emenda substitutiva, como as demais emendas, ferem preceitos constitucionais e por esta razão votaremos contrária a todas as emendas.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) -

Eu só queria pedir, Sr. Presidente exatamente isso, que o Sr. Deputado autor encaminhasse o projeto porque a argumentação do Sr. Deputado Pudell foi extremamente convincente, suscitou dúvidas no colégio dos Deputados a propósito de se nós não estaríamos fazendo a pretexto de municipalização, de canalização de maiores recursos para os Municípios, não estaríamos fazendo um jogo anti-estratégico para o nosso Paraná, que não suporta mais conviver com forças de atraso. Então, eu gostaria que o Deputado mentor da emenda, filiado BESPE, nos esclareça a propósito do projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Para encaminhar) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Deputados, que esta emenda teve o trâmite por todas as comissões nesta Casa, que deram parecer favorável.

Segundo, a nossa emenda visa dar destino ao dinheiro que tem no Estado do Paraná na importância de aproximadamente um bilhão e 170 milhões de cruzeiros que estão paralisados na Secretaria da Fazenda porque não tem uma lei que determina a distribuição dos "royalties". O FDE está preso ao BADEP. O BADEP sofre um processo

de liquidação. Enquanto não se liquida a questão do BADEP, não haverá possibilidade deste dinheiro ter o destino, porque o projeto do Deputado Caíto Quintana prevê esta importância para o FDE.

Segundo, a nossa emenda prevê 2% para os municípios que têm área de manancial. O que é mais importante se não a água, a fonte da vida? A qualidade de vida está preservada no destino deste dinheiro.

A questão do gás canalizado. Este dinheiro que retornaria para a COPEL corresponde a nem 5% do que vai arrecadar o Estado do Paraná dos "royalties".

E também mudou-se agora o nome, mas também este dinheiro desta emenda que iria para o gás canalizado, parte iria para o CLIC urbano e CLIC rural. De maneira que o encaminhamento do Deputado Ernani Pudell é para confundir, não para esclarecer. É um pronunciamento que tem o endereço certo. Aliás, uma de suas características e característica do seu partido, a confusão. Teve tempo o Deputado Ernani Pudell e o PT para elucidar as suas emendas e pareceres nas comissões, mas o faz agora, para confundir os Deputados na Assembleia Legislativa.

A nossa emenda não prejudica o interior do Estado do Paraná, muito ao contrário, ela auxilia os prefeitos que não vêm recebendo este dinheiro, que está parado na Secretaria da Fazenda e que precisa desta lei.

E como já disse, aprovado o projeto do Deputado Caíto Quintana, ficaria preso o dinheiro porque o FDE está preso ao BADEP. E enquanto persistir a liquidação do BADEP, persistirá lá o FDE.

Portanto, vamos agilizando isto, votando agora e transferindo os recursos para o BANESTADO.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem. Data vênha o Deputado Beraldin, se Vossa Excelência me permite, colocou algumas informações que entendemos incorretas.

Primeiro, o Fundo de Desenvolvimento Econômico nós aqui já aprovamos a transferência para o BANESTADO. Em primeiro lugar.

Nós votamos, houve uma discussão aqui, que estava inclusive no bojo da questão do BADEP, onde dizia que não se poderia transferir o FDE do BADEP para o BANESTADO porque inviabilizaria o BADEP. O que ocorreu? Foi aprovada a lei. O FDE já está no BANESTADO por lei, aprovado e sancionado por esta Casa.

Este argumento não confere.

Segundo, a informação que obtive de dentro do próprio Governo é de que estes recursos, vinculados à COPEL, não representam 5% não. Neste momento representa a totalidade dos "royalties". E é muito di-

neiro. A COPEL já tem várias usinas operando, estamos construindo mais usinas ... é muito dinheiro que ficará com a COPEL.

Este argumento não procede. O que o projeto do Deputado Caíto Quintana prevê, é a alocação, a colocação deste dinheiro no FDE, o que aliás atende a própria Constituição do Estado.

Data vênha o Deputado Neivo Beraldin, salvo uma questão de vaidade pessoal, é um posicionamento que só fez reforçar e aumentar a minha convicção de que realmente o projeto não deve prosperar.

O SR. NEIVO BERARDIN - Pela ordem. Neste caso gostaria de saber do Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti, que me parece inclusive que obteve uma informação oficial dizendo que o FDE realmente estaria preso no BADEP e, à parte disto, é uma posição do liquidante. O FDE está preso no BADEP. Não estou aqui para iludir os Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para responder a indagação do Deputado Neivo e esclarecer esse Plenário.

A Assembleia Legislativa votou a transferência do FDE do BADEP para o BANESTADO e esse assunto vem sendo tratado pela Secretaria da Fazenda, pelo BANESTADO e pelo liquidante do BADEP.

Existem alguns entraves que estão impedindo a transferência do FDE para o BANESTADO, mas existe também, inclusive nós tivemos oportunidade de passar ao Deputado Rafael Greca a minuta que nos foi passada pelo Secretário Heron Arzuza existe já o entendimento do BADEP, através do seu liquidante de que esses recursos novos que estariam sendo aportados ao FDE na forma de "royalties", deveriam e poderiam desde já serem gerencidos pelo BANESTADO, o que está em discussão ainda e em avaliação é o que vinha para trás em termos de FDE.

Aquilo que era o FDE, enquanto o FDE era do BADEP. Os demais recursos que seriam do FDE posteriormente a lei, estes então poderiam já serem creditados no BANESTADO a conta do FDE sem maiores complicações e questiono o uso dessa questão de ordem ainda Senhor Presidente, para o esclarecimento pessoal e acredito que ao plenário, talvez até desnecessário, mas gostaria que Vossa Excelência nos esclarecesse acerca do critério que adotará, se aquele que dispõe o artigo 69 da Constituição, no que diz respeito a votação das leis complementares, tendo em vista que são emendas, se será exigido quórum qualificado para esse assunto.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, exatamente para dizer ao

Deputado Orlando Pessuti e aos demais Deputados que exatamente a nossa lei prevê a instituição de um fundo gerido pelo Banco do Estado do Paraná para o dinheiro anterior e o futuro. Exatamente, está disciplinando corretamente dentro do BANESTADO um fundo para desenvolver e para planejar e para dividir o dinheiro daqueles que têm direito os municípios e conforme diz a lei aqui.

O SR. ERNANI PUDELL - Só um esclarecimento, Senhor Presidente.

Se levantou aqui um dos argumentos de que o BADEP está em liquidação e que esse projeto do Deputado Caio Quintana suscitaria dúvida inclusive sobre a possibilidade de mobilização desses recursos já que eles estariam vinculados ao BADEP.

Eu apenas lembro aqui que há poucos dias se fez um acordo com a dívida da CIC que foi passada para toda a sociedade paranaense - inclusive para esta Casa - que aquele acordo inclusive permitiria o levantamento da liquidação do BADEP. Portanto, hoje o BADEP está saneado financeiramente, pode inclusive ser restabelecido.

Então, nós entendemos que essa questão "data vênia" a posição do Deputado Neivo Beraldin não vai obstar a mobilização, a utilização dos recursos dos "royalties".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de Lei Complementar. Depende da aprovação da maioria absoluta da composição da Casa, de acordo com o artigo 69 e ainda mais o artigo 142.

As parcelas de recursos asseguradas nos termos da Lei Federal ao Estado com participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e outros recursos minerais o seu diretório ou compensação financeira por essa exploração serão aplicadas as disposições na forma, no prazo e nos critérios definidos na Lei Complementar Estadual.

Em votação o substitutivo do Deputado Neivo Beraldin, sem prejuízo das emendas.

Senhores Deputados que aprovam o substitutivo queiram conservar-se como estão.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, há dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Qual a dúvida?

O SR. NEIVO BERARDIN - Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo permanecem sentados?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Certo. Os Senhores Deputados que rejeitam ...

O SR. ERNANI PUDELL - É primeira votação, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos proceder à votação.

Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo queiram levantar-se.

Dez (10) aprovam e 18 rejeitam.

Está rejeitado o Substitutivo Geral.

Em votação a Emenda da CCJ.

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para requerer a Vossa Excelência que na Ordem do Dia não consta o teor das emendas que já foi publicado nas Sessões anteriores, gostaria que, Vossa Excelência lesse o teor destas emendas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - "Emenda Modificativa, Corretiva ao § 6º do art. 3º do Projeto de Lei Complementar 77/91:

§ 6º - São inelegíveis para comporem a Comissão Paritária as pessoas indiciadas pela prática de quaisquer fatos delituosos definidos e tipificados no Código Penal Brasileiro ou incriminados na Legislação Penal Especial".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão.

Os Senhores Deputados que rejeitam.

Vinte e oito (28) Deputados aprovam.

Está aprovada a Emenda.

Emenda da Comissão de Finanças está prejudicada pelo teor da outra.

Emenda da CCJ...

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Qual o número, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Emenda da CCJ não tem número.

"Dos recursos recebidos pelo Estado a título de "Royalties", 15% serão destinados à habitação popular, através da COHAPAR, e à educação na proporção de 10% para a primeira e 5% para a segunda".

O Deputado José Afonso Júnior é o autor.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda n. 1 de plenário e a Emenda n. 2 de plenário do Deputado Rafael Greca: "Dos recursos atribuídos ao Estado, 3% serão destinados à realização de projetos e estudos".

Senhores Deputados que aprovam a Emenda

da conservem-se como estão.

O SR. ERNANI PUDELL - (Para encaminhar)  
Senhor Presidente, apenas encaminhando, embora, avaliamos que a Emenda do Deputado Rafael Greca tem no seu mérito uma preocupação correta, lembramos que o Banco do Estado do Paraná, agora com a Carteira de Desenvolvimento Econômico, manterá, e tem obrigação exatamente para gerir o Fundo de Desenvolvimento Econômico de manter o corpo técnico de assessoria, para os projetos de desenvolvimento e aplicação desses recursos.

Inclusive a própria Lei do Fundo de Desenvolvimento Econômico já estabelece que para o financiamento de qualquer Projeto através do Fundo de Desenvolvimento Econômico, há que se ter um estudo prévio da viabilidade econômico-financeira, etc.

Então, nós entendemos que a destinação desse percentual, na verdade, acabaria por beneficiar o Banco do Estado do Paraná que já tem inclusive o benefício de uma determinada porcentagem desse dinheiro, para gerir o Fundo de Desenvolvimento Econômico, se ele já recebe os recursos, cabe a ele, em contrapartida - ele deverá, obrigatoriamente manter um corpo técnico de assessoria na aplicação desse dinheiro.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, eu me rendo à argumentação do Sr. Deputado Pudell e entendo que a Emenda fica desnecessária, ainda mais porque tenho fortíssima esperança que o Governador vai levantar a liquidação do BADEP e a função de estudos e projetos e de desenvolvimento econômico do Estado, logo vai contar com os 420 bilhões de cruzeiros que estão congelados lá no BADEP.

O dinheiro do BNDES são 320 milhões de dólares e mais os 40 ou 50 milhões que os mutuários do BADEP têm pago ao longo desses 8 meses, desde que o Governador Alvaro Dias teve o gesto infeliz e até insensato, de fechar o Banco de Desenvolvimento do Estado e pedir a liquidação do BADEP.

Então, nesse sentido eu peço a retirada dessa Emenda, por julgá-la superada pelo processo histórico.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Não pode ser retirada.

Os senhores Deputados que rejeitam a Emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda nº 3 - Rafael Greca de Macedo. (Lê a Emenda nº 3)

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda do Deputado Heinz Herwig. (Lê a emenda)

O SR. HEINZ HERWIG (Para encaminhar) -

Apresentamos essa Emenda, porque temos sentido ao longo dos anos, com o esporte, e principalmente o esporte amador, porque o esporte profissional tem condições de receber as "benesses", e o esporte amador nunca teve apoio nesse Estado e nesse País. Nós acreditamos que, pelo trabalho brilhante que o Secretário Edson Gradia está fazendo à testa da Secretaria de Esportes e das necessidades que ele tem tido, para que ele possa desenvolver o apoio ao esporte amador, é nós fizemos essa emenda e pedimos o apoio a todos os Deputados que têm procurado aquela Secretaria para recursos necessários ao desenvolvimento do esporte amador em seus Municípios.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Nós entendemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a emenda fere o espírito exatamente da criação dessa comissão que vai, a partir de estudos da realização e das necessidades do Estado, determinar aonde alocar esses recursos. Até porque não teria sentido ter a comissão, se todos os recursos já estariam previamente destinados a esse ou aquele setor. O que é prioridade hoje para o esporte amador, pode não ser amanhã.

Essa é a questão fundamental. Poderíamos argumentar aqui que do esporte amador se sobrepõe a prioridade ao atendimento às crianças carentes, a prioridade de aplicação em, por exemplo projetos de habitação popular. Agora, daqui a dez anos, poderemos não ter problemas de menores abandonados e muito menos de habitação popular.

Então essa questão, e nós entendemos que carimbar, vincular os recursos nesse momento ela é inoportuna. Eu lembro ao ilustre Deputado que a própria Comissão criada prevê a participação de quatro representantes do Poder Legislativo, que poderão nesse processo discutir a aplicação desses recursos; quer dizer, essa será a grande função da Comissão que irá decidir onde irá aplicar os recursos; até mesmo porque, hoje a argumentação do ilustre Deputado Heinz Herwig, dizendo que temos um Secretário de Esportes que é sensível, pretende estimular o Esporte Amador, mas que não dispõe de recursos.

Mas amanhã, poderemos não ter mais esse Secretário, quer dizer, esse Secretário poderá durar um, dois, três ou quatro anos. Agora vamos fazer uma Lei perene, e esperamos que seja boa e sábia lei, que dure para sempre e que a cada momento histórico, a cada momento social estará atenta através da representação do Governo e da Sociedade Civil, às necessidades reais e as verdadeiras prioridades do Estado.

Então esse é o nosso verdadeiro enten-

dimento, por isso, deixaremos de dar apoio a Emenda do ilustre Deputado Heinz, não por entender que o Esporte Amador não deva ser prestigiado, mas sim, por entender que não é nesse momento, nesta Lei, que deveremos criar e alocar os recursos necessários ao estilo do Esporte Amador.

O SR. HEINZ HERWIG (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu só gostaria de afirmar ao ilustre Deputado Ernani Pudell, que entendendo a posição dele, só que também entendo, que esporte amador deve ser prioridade sempre, não deve ser prioridade de um Secretário, nem do Governo, acho que quantas crianças, quantas pessoas, estão praticando algum tipo de esporte, estão deixando de fazer alguma coisa muito pior.

Eu acho que o esporte é muito importante e acredito inclusive, que a grande criminalidade que existe em nosso País hoje, é em função exatamente de não se dar valor ao esporte, principalmente ao Esporte Amador. Como eu falei, o Esporte Profissional tem condições de ser atendido.

As crianças ao praticar o esporte, não estão pensando, não estão roubando, estão se educando e é por isso que achamos tão importante se procurar recursos efetivos para o Esporte Amador no nosso Estado, no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Duas Emendas no mesmo sentido, a do Deputado Heinz Herwig. Srs. Deputado que aprovam a Emenda.

Dezessete (17) rejeitam.

Quatorze (14) aprovam.

Rejeitada as Emendas.

A do Deputado Geraldo Cartário. (Lê Emenda).

Srs. Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão.

Rejeitada.

A do Deputado Geraldo Cartário. (Lê Emenda)

Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Rejeitada.

A do Deputado Geraldo Cartário (Lê Emenda)

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, como é que é cadeira de rodas para o Desenvolvimento do Estado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Também é importante.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu gostaria de ouvir o texto da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou encaminhar a Vossa Excelência, poderão ler para todos ouvirem.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, numa homenagem a Vossa Excelência, eu vou ler a Emenda, embora ache que devesse lê-la o Sr. 1º Secretário, como é da sua competência regimental.

(Passa a ler a Emenda)

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu aproveito que se me dá a palavra para a proclamação da Emenda, para considerá-la absolutamente inoportuna, porque a Fundação Caetano Munhoz da Rocha não tem obrigação desta assistência social, desta promoção social, primeiro; e em segundo lugar o governo do Estado tem um órgão especial que é o FASPAR, com esta função específica. Não tem nenhum sentido esta Emenda, deve ser rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda do Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, na verdade este pedido me vem da área de mineração do Estado. A exigência de retorno da prospecção geológica, para procura de jazidas de carvão, de petróleo, de ouro, para pesquisa de desenvolvimento econômico, ela é extremamente limitada, porque nem sempre se sabe quando se desenvolve uma pesquisa de mineração se se vai encontrar alguma coisa, se a pesquisa vai ter um fundamento, uma finalidade compensadora.

Então é só para aperfeiçoar a Lei no sentido de que não se exija o retorno, porque nem sempre quando se faz uma pesquisa para desenvolvimento econômico, vem o retorno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão.

Rejeitada.

Emenda do Deputado Hermas Brandão.

Rejeitada.

Emenda nº 5.

Rejeitada.

Emenda do Deputado Nelson Garcia.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Sr. Presidente, apenas para dizer que, data vênica, o ilustre Deputado eu acho que tem que refletir mais quando faz uma Emenda, não contribui definitivamente para a credibilidade do Poder Legislativo a colocação de Emendas, que no nosso entendimento, são discriminatórias, primeiro, ela traz um profundo sentido, sentido discriminatório, data vênica, um profundo sentido denagógico. Quer dizer, o Deputado é eleito por uma determinada região e vincula fundos de desenvolvimento econômico, "ro-

yalitjes", para as suas cidades.

Isto é um absurdo, eu faço um apelo inclusive ao ilustre Deputado, nós que sempre aprovamos os pedidos de Requerimento, de construção de estradas, de pontes, de escolas, este é o caminho correto. O Deputado é generoso, pede, solicita, mas não fazer esse tipo de emenda, que no nosso entendimento inclusive desqualifica o autor da emenda, perde o Poder Legislativo em credibilidade; eu peço até, eu faço um apelo ao Deputado que retire a emenda, eu acho que seria o posicionamento correto era a retirada dessa emenda.

O SR. NELSON GARCIA (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu só gostaria de relembrar o nobre Deputado Ernani Pudell que ele acabou de dizer agora há poucos instantes que deveríamos lutar mais pelo interior. E eu gostaria de lembrar ao nobre Deputado que Unuarama, São Jorge do Patrocínio, Icaraíma, Altônia, porque não Guaíra, vários Municípios que foram alagados pela construção do Lago de Itaipu, ficaram sem recursos, e a cada ano que passa os nossos Municípios nunca sentiram a grande invasão de água pela construção do Lago, nos Municípios têm prejuízos todos os anos com as enchentes e não somos olhados por órgão algum.

Então, essa é a oportunidade de fazermos uma emenda nesse Projeto. Por quê? Porque desde a construção do Lago de Itaipu o assoreamento que vem acontecendo no Rio Paraná, aonde os ilhéus não tem condições de pesca, de moradias; então, é isso que é a nossa luta, a nossa luta é por essa região que foi também assoreado, que tem enchentes todos os anos, levando o prejuízo aos nossos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.

Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Rejeitada.

A emenda aprovada na Sessão de hoje irá a 3ª discussão na Sessão de amanhã.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) -

Apenas para que informe este Plenário a cerca da sub-emenda aditiva que constava na publicação, se foi retirado?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Do Deputado Adur?

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - E.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Foi retirada pelo autor.

VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

186/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, cria o Programa de Mutirão Habitacional Rural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 355/91, de autoria do Deputado Toti Colaço, dispõe para que a realização de concurso público, no âmbito de todo território do Estado do Paraná, estabelece a obrigatoriedade na apresentação de histórico escolar correspondente, apenas quando do preenchimento da vaga para qual tenha se dado aprovação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 389/91, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig e outros, requer a instalação da Disciplina de Educação de Trânsito no currículo das escolas públicas de 1º grau do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E., por unanimidade. **Aprovado.**

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 422/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e outros, dispõe que os municípios gozarão de redução de vinte por cento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, embora entendendo ser por demais meritório o assunto proposto, nós entendemos que o mesmo interfere na arrecadação do Estado e por conseguinte não é do dever desta Assembléia entrar em assuntos de ordem administrativa, que prejudique as finanças do Estado, já que está propiciando descontos nas receitas do Departamento de Imprensa Oficial, por essa razão nós entendemos que este Projeto não possui a necessária coerência constitucional, razão pela qual votaremos contrário a ele.

O SR. ALBINO CORAZZA - (Para Encaminhar) -

Nós estamos discutindo a votação desse Projeto, que concede um desconto para as publicações dos Municípios no órgão do Diário Oficial do Estado.

Quando se iniciou a discussão desse Projeto no Bloco Parlamentar Municipalista, teve como ponto de partida uma lei anterior a atual Constituição do Estado, quando todos os Municípios tinham só uma lei orgânica estadual e, esse benefício os



municípios do Paraná já tinham naquela antiga legislação.

Então, a discussão surgiu no sentido de que esse benefício continuasse com a aprovação desse novo Projeto. Nós entendemos que muitos Municípios do Paraná às vezes deixam de publicar no Diário Oficial do Estado, publicando em outros órgãos, não oficiais, e com esse incentivo não trariam despesas ao Estado, mas talvez pelo aumento de publicações trariam até um aumento de receita ao Diário Oficial.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

**Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem, Sr. Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Dezessete (17) Srs. Deputados aprovam. Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Doze (12) Senhores Deputados rejeitam. **Aprovado o projeto.**

#### VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 483/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 101/91, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponta Grossa, os imóveis e propriedades do Estado conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 373/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell e Dr. Rosinha, cria o Fundo Estadual de Moradia Popular e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 3012, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3009, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Elío Rusch, Dúlio Genari e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3020, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2957, 2958, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3017, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2993, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2981, de autoria da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2952, 2951, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2955, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2978, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2964, 2965, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2971, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha, com apoio do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2952, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2980, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2963, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2996, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2977, 2976, 2975, 2974, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2989, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2984, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2988, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 2986, de autoria dos Srs. Deputados Albino Corazza, Emília Belinati e Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 2985, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio do Deputado Albino Corazza, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 3007, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3018, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3002, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de nºs 3001 e 3000, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3010 e 3011, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2961, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Srs. Deputados Rossoni, Paulo Maia, Dalton Machuca e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em discussão.** A Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2979, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Pa-

ra discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de nºs 3013, 3014, 3015, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3016, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2978-A, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento de nº 3006, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. NELSON JUSTUS - (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Eu estou com uma pequena dívida aqui, onde encontra-se na pauta o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, para redução da carga tributária de ICMS em regime de urgência.

Nós requeremos à C.C.J. a presença do Secretário de Finanças para que nos fornecesse melhores informações a este respeito.

Eu indagaria a V.Exa. como é que fica essa situação, se nós aguardaríamos a conversa com o Secretário, como é que ficaria na pauta este processo.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - O Projeto está em regime de urgência. Está figurando na pauta durante três sessões, primeira sessão hoje, segunda amanhã, terceira quarta-feira. Se V.Exa. quiser poderá requerer a supressão do regime de urgência. Se for o caso.

O SR. NELSON JUSTUS - Perfeito, Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução nº 019/91

e do Projeto de Lei Complementar nº 077/91.

2ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Resolução nº 060/91.

e dos Projetos de Lei nºs 186/91, 355/91, 373/91, 389/91, 422/91 e 483/91.

1ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 476/91 e 487/91.

Levanta-se a sessão.

### Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FCI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS, ALBINO CORAZZA, EMÍLIA BELLINATI E ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 1991.

"As conclusões do Encontro de Prefeitos em Brasília, no movimento denominado "Marcha de Prefeitos".

### CONSELHO BRASILEIRO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - C.B.I.M.

Brasília, 05 de novembro de 1991.  
Senhores Congressistas.

As Entidades Municipalistas Nacionais e Estaduais, representando, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e todos aqueles que lutam pelo fortalecimento do Município, reunidos em Brasília, no dia 05 de novembro de 1.991, após profunda análise da situação de extrema gravidade por que passa o Estado Brasileiro, decidiram:

I - São inaceitáveis quaisquer alterações constitucionais que venham reduzir as receitas municipais.

II - O Artigo 1º - "artigo 159... III, do Emendão"

A proposta contida no inciso III, a ser incluído no artigo 159, da Constituição Federal, disciplinando a Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, "mediante celebração de convênios", no produto da arrecadação, do novo imposto, criado pelo inciso III, do Artigo 154 - "sobre a distribuição de combustíveis líquidos e gasosos, cuja receita será exclusivamente aplicada na construção, conservação e melhoria de rodovias" - é verdadeiro retrocesso.

Trata-se de prática de consequências danosas para os Estados e Municípios, ou seja, a da transferência de recursos do orçamento federal através de convênios. Essa prática ensejará mais um tipo de transferência negociada que, como é sabido, tem-se constituído tanto no plano federal, como no estadual, na mais abusiva e poderosa forma de manipulação política dos governos estaduais e municipais pela União

e dos governos municipais pelos Estados.

Sendo imposto partilhado, deve se conformar ao modelo... claramente definida no texto constitucional.

Os convênios são inaceitáveis.

III - O artigo 2º - inciso IV do Emendão.

A proposta da Emenda Constitucional encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que pretende reduzir o percentual do ICMS, pertencente aos Municípios, com a finalidade de pagar dívidas dos Estados e Distrito Federal, inclusive da Previdência Social e do F.G.T.S., é inaceitável. Os Municípios não são responsáveis por endividamentos que não participaram, nem se beneficiaram.

Por outro lado, é flagrante a inconstitucionalidade da proposta, por ofensa ao artigo 60, parágrafo 4º, I, da Constituição da República. A partilha de recursos outorgada pelo constituinte originário, que assegura a autonomia financeira dos entes Federados, não pode ser alterada pelo constituinte derivado.

IV - O artigo 6º do Emendão.

Este dispositivo visa excluir a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios do acréscimo da Arrecadação Tributária da União (IPI e IR). Se por absurdo, for aprovado, os Municípios Brasileiros, sofrerão perdas irrecuperáveis.

Os Municípios e os Estados, principalmente aqueles que dependem, quase que exclusivamente, dos Fundos de Participação (FPE/FPM), não podem sofrer tal penalidade. Os acréscimos de receita tributária da União são decorrentes de atividades estimuladas pelos Estados e Municípios, até mesmo com benefícios fiscais.

A participação dos Estados e Municípios, no produto da arrecadação dos impostos federais que compõem os FPE e FPM é fator de motivação à retomada de desenvolvimento.

As razões de inconstitucionalidade já apontadas, em relação ao ICMS, se aplicam à proposta de congelamento do FPE/FPM.

V - As Soluções

A - Integração de Fiscalização Tributária.

Não é preciso alterar a Constituição, diminuindo as receitas dos Municípios, para resolver os problemas financeiros da União, dos Estados e do Distrito Federal. A queda da arrecadação, principalmente da União, decorrente de sonegação fiscal pode ser revertida com o auxílio dos Municípios, pela integração da fiscalização tributária, tornando-a mais eficiente e menos onerosa. A Legislação existente possibilita este procedimento.

## B - Imposto Territorial Rural

O ITR não está sendo arrecadado de forma justa, não cumprindo com sua finalidade social. Os valores atribuídos, pela União à base de cálculo do imposto, são irrisórios, não refletindo a realidade. A União não tem condições de aferir o exato valor das propriedades fundiárias, por falta de corretas informações cadastrais. Os Municípios, que já arrecadam imposto patrimonial (inter-vivos) incidentes sobre propriedades urbana e rural, estão em condições de melhor atribuir valor às mesmas.

Os Municípios, portanto, deve ser assegurado, na forma da lei, o direito de informar à União, a base de cálculo do tributo.

### CONCLUSÃO

Os Municípios querem que seja preservado o perfil descentralizador, nitidamente municipalista, traçado pela Assembleia Nacional Constituinte.

Os Municípios querem participar do processo de modernização do Estado Brasileiro e no combate efetivo às causas da inflação.

Os Municípios como parceiros da União e dos Estados no processo de produção e geração de riquezas, são igualmente responsáveis pela condução do Processo Político Nacional.

**OS MUNICÍPIOS PODEM FAZER MAIS.**

**OS MUNICÍPIOS PODEM FAZER MELHOR.**

Conselho Brasileiro de Integração Municipal.

Associação Brasileira de Municípios.

Associação Brasileira de Prefeitos.

Confederação Nacional de Municípios.

Frente Municipalista Nacional.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

### CONSELHO BRASILEIRO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - C.B.I.M.

Brasília, 05 de novembro de 1991.  
Excelentíssimo Senhor Presidente.

As Entidades Municipalistas Nacionais e Estaduais, representando, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e todos aqueles que lutam pelo fortalecimento do Município, reunidos em Brasília, no dia 05 de novembro de 1.991, após profunda análise da situação de extrema gravidade por que passa o Estado Brasileiro, decidiram, em Assembleia Geral, oferecer sugestões a Vossa Excelência, quanto às seguintes questões:

#### I - A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

A política do Governo Federal, de controle de inflação, com conteúdo recessivo, vem inibindo investimentos do setor produtivo, diminuindo a oferta de empregos e, drasticamente, a receita tributária das

três esferas do governo.

Os Municípios são os que mais perdem com o enfraquecimento da atividade econômica, em razão da dependência, quase exclusiva, das transferências do Fundo de Participação (FPM) e do ICMS.

A inversão dessa situação se faz necessária. É urgente. A Nação não suporta mais esses efeitos. Os Municípios querem colaborar, assumindo suas responsabilidades constitucionais, ampliando os serviços oferecidos às suas comunidades, especialmente, nas áreas básicas de educação, saúde, saneamento, alimentação e habitação popular.

A nova Constituição da República, com feição nitidamente municipalista, deve ser cumprida. Os Municípios esperam que a União promova sua reestruturação dentro do perfil traçado pelo legislador constituinte, modernizando-se.

A modernização do Estado Brasileiro, implica na descentralização direcionada ao fortalecimento dos Municípios, base da Federação. É preciso acabar, de vez, com a falsa premissa de "incompetência congênita dos Municípios".

A colaboração dos Municípios é imprescindível para a proposta de retomada do desenvolvimento. Apesar das dificuldades atuais, vem conseguindo suprir a demanda de prestação de serviços públicos essenciais.

#### II - A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL E OS MUNICÍPIOS

A Proposta de Emenda Constitucional, encaminhada por Vossa Excelência, ao Congresso Nacional, pretende alterar, substancialmente, a repartição das receitas tributárias entre a União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

A redução de 05 pontos percentuais na participação dos Municípios na arrecadação do ICMS, com a finalidade de refinaranciar as dívidas contraídas pelos "Estados e Distrito Federal", inclusive suas autarquias e estatais, não pode prosperar.

Os Municípios não são responsáveis por esse endividamento. Os Municípios não podem ser obrigados a pagar, com parcela de sua receita, com sacrifício, dívidas que não contraíram, inclusive decorrentes do não recolhimento da Previdência Social e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, dos servidores daquelas Entidades.

A proposta do inciso IV, do artigo 2º do Emenda é inconstitucional. Ofende o disposto do artigo 60, parágrafo 4º, I, da Constituição da República. A partilha de recursos outorgada pelo constituinte originário, que assegura a autonomia financeira dos entes Federados, não pode ser alterada pelo constituinte derivado.

Também é inaceitável a proposta de

congelamento do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, na forma em seu Artigo 5º, que prevê a não inclusão dos acréscimos de arrecadação tributária da União nos Fundos de Participação (FPE/FPM).

Os Municípios e os Estados, principalmente aqueles que dependem, quase que exclusivamente, destes fundos, não podem sofrer tal penalidade. Os acréscimos de receita tributária da União são decorrentes de atividades estimuladas pelos Estados e Municípios, até mesmo com benefícios fiscais.

A Participação dos Estados e Municípios, no produto da arrecadação dos Impostos Federais que compõem o FDE e FPM é fator de motivação à retomada de desenvolvimento.

As razões de inconstitucionalidade já apontadas, em relação ao ICMS, se aplicam à proposta de congelamento do FPE/FPM.

### III - AS PROPOSTAS DO MUNICÍPIO

A - A Integração da Fiscalização Tributária.

Não é preciso alterar a Constituição, diminuindo as receitas dos Municípios, para resolver os problemas financeiros da União, dos Estados e do Distrito Federal. A queda da arrecadação, principalmente da União, decorrente de sonegação fiscal, pode ser revertida com o auxílio dos Municípios, pela integração da fiscalização tributária, tornando-a mais eficiente e menos onerosa. A Legislação existente possibilita este procedimento.

A Modernização do Estado, o efetivo combate à inflação, é compromisso de toda a Nação Brasileira, especialmente dos Municípios, célula mater da Federação.

B - O Imposto Territorial Rural

O ITR não está sendo arrecadado de forma justa, não cumprindo com sua finalidade social. Os valores atribuídos, pela União, à base de cálculo do Imposto, são irrisórios, não refletindo a realidade. A União não tem condições de aferir o exato valor das propriedades fundiárias, por falta de corretas informações cadastrais. Os Municípios, que já arrecadam imposto patrimonial (inter-vivos) incidente sobre propriedades urbana e rural, estão em condições de melhor atribuir valor às mesmas.

Os Municípios, portanto, deve ser assegurado, na forma da lei, o direito de informar à União, a base de cálculo do tributo.

### CONCLUSÃO

Os municípios querem que seja preservado o perfil descentralizador, nitidamente municipalista, traçado pela Assembleia Nacional Constituinte.

Os Municípios querem participar do processo de modernização do Estado Brasileiro e no combate efetivo às causas da inflação, imanados nos seus propósitos e confiantes na vocação municipalista de Vossa Excelência.

Os Municípios como parceiros da União e dos Estados no processo de produção e geração de riquezas, são igualmente responsáveis pela condução do Processo Político Nacional.

**OS MUNICÍPIOS PODEM FAZER MAIS.**

**OS MUNICÍPIOS PODEM FAZER MELHOR.**

Conselho Brasileiro de Integração Municipal.

Associação Brasileira de Municípios.

Associação Brasileira de Prefeitos.

Confederação Nacional de Municípios.

Frente Municipalista Nacional.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

União de Vereadores do Brasil.

Excelentíssimo Senhor

FERNANDO COLLOR DE MELLO

DD. Presidente da República

Federativa do Brasil

BRASÍLIA - DF

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 1991.

Pronunciamento do Deputado Federal  
Flávio Arns, na Câmara dos Deputados.

**A FACE DISCRIMINATORIA E AUTORITÁRIA  
DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

FLAVIO ARNS

PSDB/PR - 23/10/91

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados.

Ocupamos hoje esta tribuna para denunciar a discriminação e autoritarismo de um Ministro do Governo Collor de Mello. E fazemos esta denúncia não somente como Deputado Federal comprometido com 25 mil eleitores do Paraná, mas também como Presidente da Federação Nacional das APAES, representante dos 15 milhões de brasileiros deficientes. Denunciamos uma situação extremamente irregular, e com a qual não podemos ser coniventes.

Acreditem, caros Deputados, fazemos esta denúncia de certa forma desapontados, porque ao nos elegemos para este primeiro mandato legislativo, depois de um espontâneo e exemplar engajamento do movimento apaeano no Paraná em busca de uma voz forte em prol dos excepcionais, tínhamos em mente desenvolver um trabalho de parceria, de boas relações com todos os órgãos e pessoas diretamente envolvidas com a rea-

lização dos direitos dos deficientes. Já mais imaginávamos, apesar de reconhecermos deficiências em algumas pessoas que se acham normais e estão em postos de comando, que nos defrontaríamos com tal situação, ainda mais relacionadas com alguém em posição de destaque.

O alvo de nossa denúncia é o atual Ministro da Educação, José Goldenberg, por quem tínhamos até há pouco tempo a maior consideração, dada a sua imagem de cientista de respeito e de batalhador pelas causas sociais. Esta imagem começou a esmaecer no dia 27 de agosto passado, quando lemos no Jornal O Estado de São Paulo declarações suas afirmando que não iria priorizar a educação especial durante sua gestão à frente do Ministério. E de esmaecida, aquela imagem se desfez por completo na última quinta-feira, 16, durante uma audiência, em seu gabinete, a qual classificamos de áspera, desconcertante, inconcebível em qualquer país que respeite os direitos dos seus cidadãos.

Este Senhor que está no comando de um dos mais importantes Ministérios - que deve se preocupar em garantir ensino público, gratuito e universal, um ensino de qualidade para alavancar um País miserável mas de enorme potencialidade mostrou-nos, na referida audiência, suas outras faces. De discriminador e autoritário. De interlocutor insensível e incompleto. De administrador público pouco esclarecido e retrógrado.

Na audiência do último dia 16, este Senhor não só deixou de refutar as declarações dadas ao Jornal O Estado de São Paulo como, desavergonhado, disse que a educação de pessoas com deficiências não constitui qualquer prioridade. Para este Senhor o atendimento dos sete milhões de deficientes, na faixa de zero a 20 anos, que necessitam de educação diferenciada, é caso de assistência social. Disse que a oferta de educação para pessoas deficientes é difícil por ser cara. Acrescentou que os recursos sendo repassados já constituíam um favor da sua parte, já que as pessoas com deficiências não tinham direito a eles. Ou seja, abertamente este Senhor está discriminando cidadãos brasileiros que têm direitos assegurados na Constituição e em outras leis específicas. E se discrimina crianças e jovens deficientes, acreditamos que, noutros momentos, também poderá discriminar crianças e jovens pobres, crianças e jovens de cor. Queremos crer que este Senhor não fala pelo Governo, pois seria uma situação paradoxal. Já que estamos vendo na mídia um anúncio institucional do Governo Federal ressaltando que a educação especial é prioridade e no setor estão aplicados 39 bilhões de cruzeiros.

Este Senhor que ocupa temporariamente a Cadeira de Ministro da Educação também é dono, descobrimos na mesma audiência, de uma personalidade retrógrada. Pretende, e afirma com todas as letras, que vai derrubar uma importante resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, assinada pelo seu Governo. Trata-se da instrução nº 01/91, de março, a qual estabelece, entre outros pontos positivos, que Estados e Municípios devem aplicar 8% do orçamento do setor de educação em educação especial, sob pena de bloqueio nos repasses de recursos do Ministério da Educação e órgãos afetos. Esta resolução é considerada um dos maiores avanços na área da educação especial, verdadeira "Carta de Alforria", pois obriga a definição de recursos orçamentários a um setor educacional que, via de regra e, infelizmente, ainda é encarado sob a ótica equivocada da piedade, do assistencialismo barato, e não como um direito do cidadão brasileiro que está privado, total ou parcialmente, de todas as suas potencialidades.

Caros Deputados, no dia 10 de setembro passado, ocupamos esta tribuna para ler uma correspondência encaminhada ao Ministro da Educação solicitando retratação das declarações dadas ao Jornal "O Estado de São Paulo". Hoje, no entanto, acreditamos que a retratação é desnecessária, é impossível, por que aquele é mesmo seu posicionamento. Seu posicionamento de homem público não sintonizado com os rumos do Governo que o emprega, não sintonizado com o seu tempo, não sintonizado com uma Nação que clama por justiça, por igualdade.

Caros Deputados, com relação a esta situação, pedimos também a manifestação de todos, e em especial dos colegas que se mostram sensíveis à causa dos deficientes. Pedimos a manifestação da imprensa, das entidades que representam os segmentos organizados da sociedade, dos movimentos religiosos, de tantos quantos possam somar suas vozes às dos excepcionais que são atendidos pelas APAEs e milhares de outras entidades que lutam pela realização efetiva dos direitos do cidadão deficiente a uma educação integral. As APAEs, presentes em mais de mil municípios brasileiros, consideram uma lástima que este Senhor autoritário, retrógrado e discriminador esteja dirigindo o Ministério da Educação. E acreditam que a sociedade brasileira também.

Obrigado."

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RENATO ADUR, EM SESSÃO DO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 1991.



**"Sucessão Precoce no Paraná"**

Autor: Nonato Cruz

A saída do ex-Governador Alvaro Dias do PMDB, muito antes do pleito no qual será candidato a Governador, em 1994, pareceu, a muitos, um gesto de precipitação, sobretudo pela não espera da escolha de destino a ser seguido pelo Governador Roberto Requião.

Alvaro, que forma com Requião, no presente, recorda-se que o atual Governador não foi o candidato dos seus sonhos. Mas foi o candidato possível, por isso suportável. E, por isso mesmo, sabe que era necessário colocar o bloco na rua, logo, antes do risco de qualquer ruptura com Requião. Ou mesmo ante a obrigatoriedade de seguirem destinos diferentes.

Por outro lado, o fato de a candidatura do Ministro Alcenir Guerra estar crescendo, num patamar igual à do Prefeito de Curitiba, Jayme Lerner, candidato há três anos em campanha, e a surpresa sobre a próxima movimentação do Senador José Eduardo Andrade Vieira, no fundo também aspirante ao Governo do Estado, no tabuleiro da política paranaense, eram visíveis fatores que tiravam o sono do ex-Governador Alvaro Dias.

Lançado, agora, candidato envolto na articulação para a formação do novo PST, Alvaro só o poderia fazer lastreado no apoio de Requião, o sucessor que mal começa a desfrutar ao mando efetivo do aparelho de estado. Daí a sua habilidade em fazer de Requião o presidente do partido. Mera figura de ficção que, por equívoco, serviu para o apressamento do processo de expulsão do Governador pelo Diretório Nacional do PMDB, que parecia ter adiado o rito da iniciativa de Orestes Quêrcia. Se Requião já tem novo partido, nas mãos de Alvaro, não vai resistir muito à expulsão, pensou - erradamente - Quêrcia.

Acontece que Requião não quer deixar o PMDB. Pelo menos, se isso se configurar possível. Mesmo expulso pelo Diretório Nacional, ele terá direito a recurso, com efeito suspensivo, à Convenção Nacional, o órgão máximo do partido. Quêrcia não previu esta situação, e a possibilidade de ser exposto à devassa mais desmoralizante pelas bases do partido, não compartimentáveis nos acordos eleitorais de sustentação de campanha, assumidos por ele com parlamentares candidatos em 92 e 94. As bases não sofrem o mercantilismo eleitoral na negociação de um voto a favor de um ex-Governador que enriqueceu à sobra do poder!

Chegamos à conclusão de que Alvaro não viu quimeras na pressa em que se desenvolveu como candidato. Porém, ao estabelecer certo poder paralelo em relação ao atual ocupante do Palácio Iguaçu, Alvaro Dias pode acabar servindo de pólo aglutinador

das naturais insatisfações geradas pelo atual governo. E na difícil condição de candidato, mais interessado em agradar do que contrariar.

Como deter as naturais reivindicações de Deputados, Prefeitos e Vereadores, com forte possibilidade de se tornarem insatisfeitos, num ano em que recessão e eleições acirrarão ânimos, antes ofuscados?

Prisioneiro dos seus, e os que ficaram haverão de cobrar maiores atenções e compensações, julgando-se com mais direitos que os que seguiram com Alvaro, para o PST, o Governador Requião terá dificuldades em dosar atendimentos aos seus, e aos que se foram se dizendo seus. Os conflitos entre as duas correntes, até por disputa de espaços políticos, é que ditarão as relações entre os dois políticos, Alvaro e Requião - até agora - encontraram meios sutis de convivência. Até quando?"

Nonato Cruz é advogado e jornalista no Rio de Janeiro e em Brasília.

**Atos da Comissão Executiva:**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 444/91  
aposentar a pedido, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "C", e parágrafo 5° da Constituição Estadual; e Artigos 170 e parágrafo único, 171 e parágrafos da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, SEBASTIAO BUENO, matrícula n° 576, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com proventos mensais e proporcionais correspondentes ao seu cargo efetivo; cinco (05) trienios incorporados, de acordo com o Art. 4°, parágrafo 1° da Resolução n° 02-64 e Preposição n° 66-83, de 09.06.83; cinco (05) quinquênios e um (01) adicional incorporados, observando-se, neste, o que dispõe o inciso XIV do Art. 37 da Constituição Federal; e cem por cento (100%) pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, segundo o Art. 6° da Lei Complementar n° 21, resultando em proventos mensais de Cr\$ 256.487,84 (duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros e oitenta e quatro centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 3.077.854,08 (três milhões, setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro cruzeiros e oito centavos).

(Prot. n° 8425)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 445/91

apresentar nos termos do Art. 138, inciso II, 140, inciso I da Lei nº 6174, de 16.11.70 e de conformidade com o Art. 11 da Resolução nº 52/89, de 28.11.89, ANTONIO GULBINO, matrícula nº 164, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescido de verba de representação incorporada, conforme o disposto no Art. 5º, da Lei nº 8.198, de 17.12.89, acrescido de trinta por cento (30%), referente a seis (06) adicionais incorporados, constantes do cálculo de fls. 50, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, respeitada a limitação legalmente estabelecida, resultando em proventos mensais de Cr\$ 1.545.795,76 (hum milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e setenta e seis centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 18.549.549,12 (dezoito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove cruzeiros e doze centavos) e, revogado o Decreto Legislativo nº 342/90, de 11.12.90.

(Prot. nº 10024)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 446/91

conceder aposentadoria, a pedido, a LAURO ALCANTARA MARTINS, matrícula nº 126, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual; e, artigos 140, inciso I e III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerentes à Simbologia 2-F, incorporada; cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados; dois (02) adicionais incorporados e três (03) adicionais incorporados de acordo com o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva nº 421/91; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme Art. 1º da Lei nº 6794, regulamentada pelo Art. 6º, da Lei Complementar nº 21/84, resultando em proventos mensais de Cr\$ 311.044,38 (trezentos e onze mil, quarenta e quatro cruzeiros e trinta e oito centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 3.732.532,56 (três milhões, setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e trinta e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos).

(Prot. nº 1119/91)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 447/91

conceder aposentadoria, a pedido, a LAZARO DA SILVA, matrícula nº 521, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual e art. 140, incisos I e III da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos da gratificação inerente à Simbologia 3-F, incorporada; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o parágrafo único do art. 170 da Lei nº 6174/70; dois (02) adicionais incorporados de acordo com o art. 171 e parágrafos da referida Lei nº 6174/70; três (03) adicionais incorporados de acordo com o art. 37, inciso XIV da Constituição Estadual e Ato da Comissão Executiva nº 421/91; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme art. 1º da Lei nº 6794, regulamentada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84, resultando em proventos mensais de Cr\$ 270.043,18 (duzentos e setenta mil, quarenta e três cruzeiros e dezoito centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 3.240.518,16 (três milhões, duzentos e quarenta mil, quinhentos e dezoito cruzeiros e dezesseis centavos).

(Prot. nº 1636)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.10.91.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 448/91

conceder aposentadoria, a pedido, a SINHO-RINHA BERNARDI, matrícula nº 561, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual e art. 140, incisos I e III da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à Simbologia 3-F, incorporada; cinco (05) triênios incorporados de acordo com o art. 4º, § 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o art. 170 e parágrafo único, da Lei nº 6174; um (01) adicional incorporado, de acordo com o art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva nº 421/91; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviço extraordinário em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme art. 1º da Lei nº 6794/76, regulamentado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84, resultando em proventos mensais de Cr\$ 282.763,87 (duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e sessenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 3.393.166,44

(três milhões, trezentos e noventa e três mil, cento e sessenta e seis cruzeiros e quarenta e quatro centavos).

(Prot. n° 964)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 449/91  
conceder aposentadoria, a pedido, a MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY, matrícula n° 177, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual e art. 140, incisos I e III da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 4-F, incorporada; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o art. 170 e parágrafo único da Lei n° 6174; cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o art. 171, parágrafos 1° e 2° da Lei n° 6174; com por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme art. 1° da Lei n° 6794/76, regulamentado pelo art. 6°, da Lei Complementar n° 21/84, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 230.796,36 (duzentos e trinta mil, setecentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e seis centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 2.769.556,32 (dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis cruzeiros e trinta e dois centavos).

(Prot. n° 5075)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 450/91  
conceder aposentadoria, a pedido, a NOIR PACHECO, matrícula n° 482, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual e art. 140, incisos I e III, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com proventos mensais integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerentes à Simbologia 7-F, incorporada; cinco (05) triênios, incorporados, segundo o art. 4° e § 1°, da Resolução n° 02/64 e Preposição n° 66/83, cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o art. 170 e parágrafo único, da Lei n° 6174/70; três (03) adicionais incorporados, conforme o disposto no art. 171 e §§ 1° e 2°, da Lei n° 6174/70; dois (02) adicionais, incorporados, de acordo com o art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva n° 421/91; e, com por cento (100%) de gratificação de seu vencimento, pela prestação de serviço extraordinário, em tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1° da Lei n° 6794/76, regulamentada pelo

art., 6°, da Lei Complementar n° 21/84, resultando em proventos mensais de Cr\$ 313.214,17 (trezentos e treze mil, duzentos e quatorze cruzeiros e dezessete centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 3.758.570,04 (três milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta cruzeiros e quatro centavos).

(Prot. n° 3232)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 451/91  
aposentar nos termos do art. 138, inciso II, 140, inciso I, da Lei n° 6.174, de 16.11.70 e de conformidade com o art. 11 da Resolução n° 52/89, de 21.11.89, JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO, matrícula n° 028, ocupante do cargo de Procurador NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de verba de representação incorporada conforme o disposto no art. 5° da Lei n° 8.198, de 17.12.89, acrescidos de trinta por cento (30%), referente a seis (6) adicionais incorporados, constantes do cálculo de fls. 15, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, respeitada a limitação legalmente estabelecida, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 1.545.795,76 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e setenta e seis centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 18.549.549,12 (dezoito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove cruzeiros e doze centavos).

(Prot. n° 3484)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 452/91  
aposentar nos termos do art. 138, inciso II, 140, inciso I, da Lei n° 6.174, de 16.11.70 e de conformidade com o art. 11 da Resolução n° 52/89, de 21.11.89, GILBERTO DAROS, matrícula n° 517, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de verba de representação incorporada conforme o disposto no art. 5° da Lei n° 8.198, de 17.12.89, acrescidos de trinta por cento (30%), referente a seis (6) adicionais incorporados, constante do cálculo de fls. 16, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, respeitada a limitação legalmente estabelecida, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 1.545.795,76 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e setenta e seis centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 18.549.549,12 (dezoito milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove cruzeiros e doze centavos).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.10.91.

(Prot. n° 8689)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 453/91  
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 10953, de 06 de novembro de 1991 e de conformidade com o que determina o art. 113 da Resolução n° 169/90, de 28 de dezembro de 1990 - Regimento Interno,

**R E S O L V E:**

Determinar a instauração de Inquérito, sob a presidência do Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, 2° Secretário da Comissão Executiva deste Poder, designando a servidora SUELI BELO COELHO, como escrivã e para assessoramento os Procuradores FRANCISCO ACIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO e GILBERTO DAROS.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 455/91  
conceder aposentadoria, a pedido, a MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI, matrícula n° 425, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual e Art. 140, incisos I e III da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescido da gratificação inerente à Simbologia 4-F, incorporada; cinco (05) triênios incorporados, conforme Art. 4° e § 1° da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único, da Lei n° 6174; um adicional incorporado, segundo o Art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva n° 421/91; e, cem por cento (100%) de gratificação de seu vencimento, pela prestação de serviço extraordinário em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1° da Lei n° 6794/76, regulamentada pelo Art. 6° da Lei Complementar n° 21/84, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 282.478,05 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta e oito cruzeiros e cinco centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 3.389.736,60 (três milhões, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e seis cruzeiros e sessenta cen-

tavos).

Curitiba, segunda, em 11.11.91

(Prot. n° 2476)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 456/91  
conceder aposentadoria, a pedido, a MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula n° 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão SC-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual; e, Artigos 140 incisos I e III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos da Lei n° 6174, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à Simbologia 1-F, incorporada; cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 1° da Resolução n° 02/64 e Proposição n° 66/83; cinco (05) quinquênios incorporados; quatro (04) adicionais incorporados; e um (01) adicional incorporado de acordo com o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal e Ato da Comissão Executiva n° 421/91; cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços extraordinários em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme Art. 1° da Lei n° 6794, regulamentado pelo Art. 6° da Lei Complementar n° 21/84, resultando em proventos mensais de Cr\$ 647.451,62 (seiscentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros e sessenta e dois centavos), perfazendo um total anual de Cr\$ 7.769.419,44 (sete milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dezanove cruzeiros e quarenta e quatro centavos).

(Prot. n° 2546)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 457/91  
Art. 1° - Aplica-se a mesma estrutura prevista na Resolução n° 28/89, de 29 de junho de 1989, aos Gabinetes de Lideranças de Partidos credenciados junto a este Poder Legislativo.

Art. 2° - Este Ato entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 1992.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.11.91

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1° Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2° Secretário